

2011

Relatório de Atividades

2012

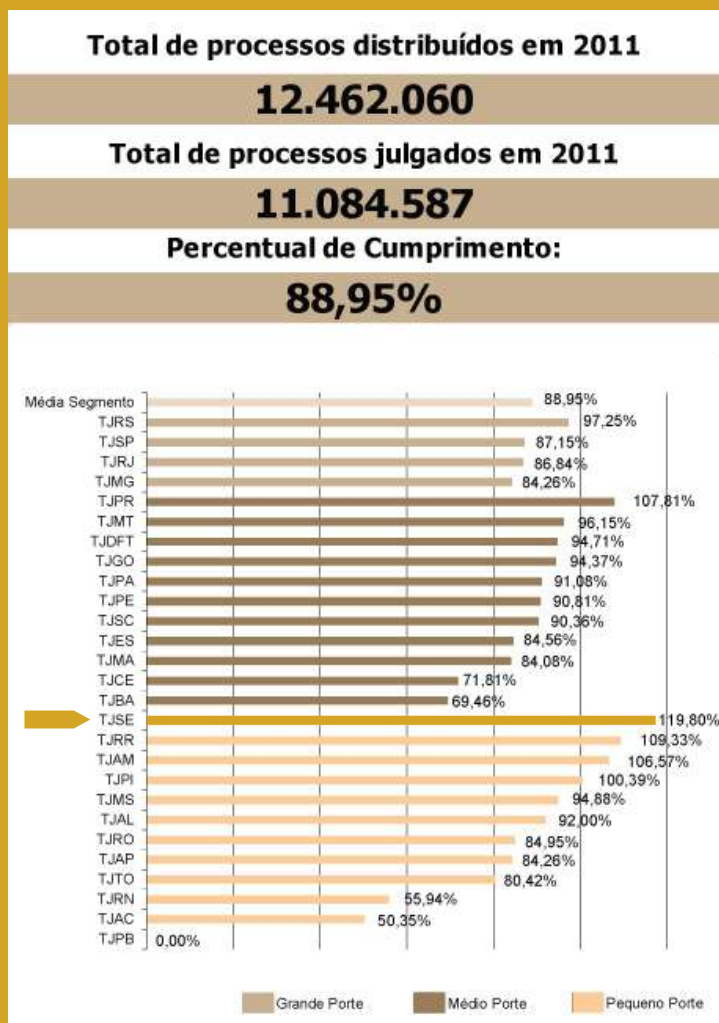


PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

CNJ DIVULGA RANKING DE 2011 E CLASSIFICA O TJSE COMO O MELHOR EM QUANTIDADE DE PROCESSOS JULGADOS

O Tribunal de Justiça de Sergipe alcançou, em 2011, uma taxa de 119,8% de cumprimento dos julgamentos de processos, ou seja, julgou 19,8% mais processos do que recebeu. Assim, conquistou o melhor resultado da Meta 3 estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o ano passado, que pedia aos Tribunais que julgassem quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal. O balanço das metas estipuladas pelo CNJ foi divulgado no dia 11 de abril de 2012, em Brasília.

Confira a tabela divulgada pelo CNJ:



fonte: CNJ



PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE SERGIPE

2011

Relatório de Atividades

2012

Gestão
Fevereiro de 2011 a Julho de 2012

Presidente
Desembargador José Alves Neto

Aracaju - Sergipe
Julho de 2012

Posse da Mesa Diretora 2011/2012



A Mesa Diretora do Tribunal de Justiça de Sergipe para o biênio 2011-2013 tomou posse no dia 2 de fevereiro de 2011. O Desembargador José Alves Neto assumiu a Presidência; o Vice, Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho; e o Corregedor Geral da Justiça, o Desembargador Netônio Bezerra Machado. Durante entrevista coletiva à imprensa, o Desembargador José Alves prometeu administrar o TJSE com transparência e corresponder aos anseios dos servidores.

Na ocasião, ele disse que daria continuidade às administrações anteriores, fazendo com que houvesse celeridade processual para que a sociedade pudesse sentir que a Justiça corresponde aos seus anseios. “Também tenho sonhos, um deles é atender a alguns reclames dos servidores, que considero como membros da minha família”, ressaltou.

O Desembargador Osório Ramos comentou que o maior desafio da nova gestão seria dar continuidade a uma boa prestação jurisdicional. Ele também falou sobre sua passagem na direção da Escola Superior da Magistratura (Esmese). “Foram apenas seis meses, mas realizamos um bom trabalho e cumprimos as metas institucionais. Hoje, Sergipe tem mais da metade dos seus juízes com cursos exigidos pelo CNJ”, enfatizou.

Os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo também estiveram presentes. Para o Governador Marcelo Déda, a tradição do Judiciário sergipano sempre foi de trabalho e qualidade. “Há um reconhecimento nacional que o Tribunal de Justiça de Sergipe é um dos melhores do Brasil. Isso se deve à competência dos seus desembargadores e excelência do corpo técnico”, elogiou o governador.

MESA DIRETORA

Já a Presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, Deputada Estadual Angélica Guimarães, disse que os Poderes Judiciário e Legislativo continuam tendo uma relação harmoniosa, porém independente. “Esperamos que esta nova gestão, a exemplo do que fez o Desembargador Roberto Porto, seja profícua e que continue fazendo Justiça ao povo sergipano, principalmente aos mais carentes”, ressaltou a deputada.

Antes da leitura do termo de posse, o Desembargador Roberto Porto, que assumiu a Presidência do TJSE em fevereiro de 2009, discursou sobre o momento e fez um resumo das atividades realizadas durante sua gestão. “O significado desta ocasião não está em reverenciar este ou aquele, mas sim render homenagens a um

dos princípios da democracia, a alternância do poder”, destacou Roberto Porto.

A solenidade de transmissão da Mesa Diretora contou ainda com o discurso do Procurador Geral de Justiça do Ministério Público de Sergipe, Orlando Rochadel. “Os membros do Poder Judiciário têm muita competência, com carreiras dedicadas à Justiça sergipana. A relação entre Tribunal de Justiça e Ministério Público é de muito respeito, consideração e sintonia porque o objetivo de ambos é o mesmo, prestar um bom serviço à população”, enfatizou Orlando Rochadel.

Já o então presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), Paulo César Macêdo, disse que os

bons resultados atingidos pelo TJSE ainda estão longe da perfeição, mas se devem a cada Desembargador, juiz e servidor. Ele enalteceu ainda as qualidades de cada membro da antiga e da nova Mesa Diretora. “Vossa Excelência será muito feliz se não abrir mão de seus maiores trunfos, que é ser um homem de raiz, simples e que valoriza as pessoas”, comentou, referindo-se a José Alves.

O último a discursar antes do presidente do TJSE foi o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Sergipe, Carlos Augusto Monteiro Nascimento. Ele disse que advogados, promotores e juízes precisam sempre ser parceiros para garantir o Estado Democrático de Direito.



Renovação

Durante a gestão do Desembargador José Alves Neto, de 2 de fevereiro de 2011 a 17 de julho de 2012, houve a renovação de dois importantes setores:

A Desembargadora Suzana Maria Carvalho Oliveira foi eleita Corregedora e Vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe em 8 de janeiro de 2010, assumindo a Presidência em 16 de março de 2011.

A Desembargadora Maria Aparecida Santos Gama da Silva assumiu a Presidência do TRE-SE no dia 8 de janeiro de 2012, quando a Desembargadora Marilza Maynard Salgado de Carvalho assumiu a Vice-Presidência e Corregedoria.



O Desembargador Cezário Siqueira Neto assumiu a direção da Escola Superior da Magistratura do Estado de Sergipe (Esmese), no dia 13 de janeiro de 2012, em substituição à Desembargadora Aparecida Gama.

EVENTOS INSTITUCIONAIS

VII Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil

Realizado em Sergipe, entre os dias 10 e 11 de novembro de 2011, o VII Encontro do Colégio Permanente de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil teve como objetivo discutir temas pertinentes à Magistratura, levantando opiniões e sugestões, além de uniformizar o discurso do Colégio. A Carta Aracaju reuniu as deliberações tomadas no Encontro e as recomendações para promover melhorias nos serviços prestados pelo Poder Judiciário brasileiro.

O Vice-Presidente do TJSE, Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho, organizou o evento e ressaltou que durante os dois dias foram discutidos assuntos que interessam aos Vice-Presidentes de todo Brasil, como também assuntos que importam à Justiça nacional. “Normas e procedimentos foram apreciados para a uniformização de pensamento do Colégio. Sergipe é um Estado onde são reconhecidas as tradições jurídicas. Os mais diversos temas foram discutidos, opiniões foram filtradas e encaminhadas para que todo Brasil conheça o pensamento uniforme do Colégio de Vice-Presidentes”, explicou.

O Ministro do Supremo Tribunal Federal, sergipano Carlos Ayres de Britto, participou do encontro e estabeleceu uma conversa com os 17 Vice-Presidentes participantes, expondo experiências e destacando a necessidade de se cumprir a Constituição Brasileira. Ele também falou sobre a honra de fazer parte do Judiciário brasileiro, da importância do significado de Justiça e da humanização da judicatura e de fazer do direito um mecanismo de acesso à Justiça.



I Congresso Internacional de Mediação: da teoria à prática

Resolver problemas de forma autônoma, em que as próprias partes dialogam e buscam um acordo é o principal objetivo da mediação de conflitos, cultura de pacificação que cada vez mais ganha espaço no Poder Judiciário. Tanto que o Tribunal de Justiça de Sergipe e a Universidade Federal de Sergipe realizaram, nos dias 14 e 15 de setembro de 2011, o I Congresso Internacional de Mediação: da teoria à prática.



O Presidente do TJSE, Desembargador José Alves, esteve presente e disse que o Judiciário sergipano está na contramão da discórdia. “Como integrante do Judiciário sergipano, com magistrados de grande porte e um corpo de funcionários de primeira qualidade, não poderia estar na contramão da paz e da harmonia. Quando fui procurado por um casal de professores da UFS me propus a dar todo apoio a este evento”, destacou.

A coordenadora do Congresso, Professora Doutora Luciana Aboim, enfatizou que o objetivo do evento foi disseminar a mediação e também apresentar os resultados do projeto de pesquisa “Mediação Interdisciplinar: um caminho viável à autocomposição dos conflitos familiares”, realizado por ela em parceria com o TJSE. O projeto piloto foi desenvolvido na Vara de Assistência Judiciária de São Cristóvão, sob a direção da Juíza Adelaide Moura, e no âmbito penal, no Departamento de Apoio a Grupos Vulneráveis, sob a direção da Delegada Georlize Teles.



GESTÃO DE PESSOAS

Reajustes Salariais

- Reajuste salarial para servidores efetivos de 10% em janeiro de 2012
- Reajuste salarial para servidores comissionados de 6,5% em janeiro de 2012
- Correção da gratificação especial de atividade concedida a Escrivão e Oficial de Justiça em 10%, passando a ser corrigida conforme o reajuste anual de servidores efetivos
- Alteração da Gratificação Especial dos ocupantes do cargo em Extinção de Escrivão 2ª entrância de 5% para 10% e concessão da gratificação para o cargo em Extinção de Escrivão de 1ª entrância de 3% sobre o vencimento base

Número de candidatos aprovados no concurso que foram convocados

Técnico Judiciário – Área Administrativa- Judiciária: 694 sendo 512 empossados

Técnico Judiciário – Programados de Sistemas: 26 convocados sendo 21 empossados

Analista Judiciário – Direito: 20 convocados e 16 empossados

Analista Judiciário – Análise de Sistemas: 41 convocados e 30 empossados

Analista Judiciário – Contabilidade: 07 convocados e 07 empossados

Analista Judiciário – Arquitetura: 01 convocado e 01 empossado

Analista Judiciário – Engenharia Civil: 04 convocados e 04 empossados

Analista Judiciário – Psicologia: 05 convocados e 05 empossados

Analista Judiciário – Serviço Social: 09 convocados e 09 empossados

Pagamento da gratificação por premiação

Premiação por desempenho: foram contemplados 574 servidores no levantamento da premiação 2010 paga em 2011, sendo 529 efetivos e 45 comissionados.

Premiação práticas inovadoras: foram contemplados 03 servidores

Valor total pago: R\$ 835.495,09

Programa Casa Própria

Quantidade de servidores beneficiados: 42

Premiação Destaques 2010 / 2011



Audiência de Remoção

Remoções realizadas: 07

Quantidade de servidores inscritos: 945

Quantidade de servidores removidos: 371



Reestruturação do quadro de pessoal

Cargo	Fevereiro 2011	Julho 2012
Desembargadores	13	13
Juízes	137	141
Servidores efetivos	2278	2432
Estagiários – nível médio	184	204
Estagiários – nível superior	233	261

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Orçamento 2011

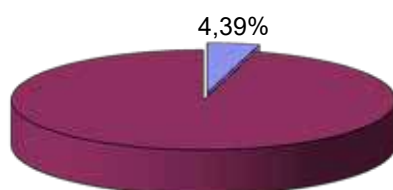
A Lei nº 7.100 de 23 de dezembro de 2010 aprovou o Orçamento do Estado de Sergipe, para o exercício de 2011 a qual dispõe sobre a estimativa de receita e fixação da despesa, para os Poderes. Para o Poder Judiciário a Receita Orçamentária foi estimada no mesmo valor da Despesa, no montante de R\$ 334.564.800,00 (Trezentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e oitocentos Reais), referente às transferências do Tesouro Estadual, dos recursos diretamente arrecadados e Precatórios, conforme discriminado abaixo:

- Transferências do Estado – R\$ 296.300.000,00
- Arrecadação própria – R\$ 14.400.000,00
- Precatórios – R\$ 23.864.800,00

Alterações Orçamentárias

ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO FINAL	ACRÉSCIMO
R\$ 325.656.379,64	R\$ 14.956.379,64	R\$ 310.700.000,00

**Acréscimo Orçamento (Recursos do Tesouro e FERD)
2011**



O acréscimo observado se deve ao fato complementação de dotações destinadas a cobrir despesas com Pessoal e Encargos, Reformas de Unidades Judiciárias, bem como Aquisição de Equipamentos e Mobiliários em geral.

Quanto aos limites de comprometimento dos gastos com Pessoal e Encargos com relação à Receita Corrente Líquida, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.L, chegamos ao final dos últimos 12 meses, neste exercício, com o percentual de 4,93%, sendo o limite prudencial de 5,70% e máximo de 6,0%.

Orçamento 2012

Para o exercício de 2012, a Lei nº 7.330 de 27 de dezembro de 2011 aprovou o Orçamento do Estado de Sergipe, fixando para o Poder Judiciário o montante de R\$ 394.160.000,00 (trezentos e noventa e quatro milhões, cento e sessenta mil reais), referente às transferências do tesouro estadual, dos recursos diretamente arrecadados, conforme discriminado abaixo:

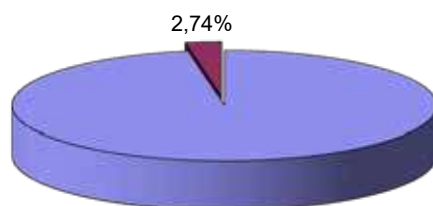
- Transferências do Estado – R\$350.520.000,00
- Arrecadação própria (FERD) – R\$ 18.640.000,00
- Precatórios – R\$ 25.000.000,00

Alterações Orçamentárias

Transferências Estado e FERD - Período: jan-maio/2012

ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO FINAL	ACRÉSCIMO
R\$ 354.640.000,00	R\$ 344.640.000,00	R\$ 10.000.000,00

Acréscimo Orçamento - 2012 (Recursos Tesouro e FERD)
(jan - maio/2012)



O acréscimo observado se deve ao fato da complementação de dotações destinadas a cobrir despesas com reformas, ampliações e construções de unidades judiciárias, aquisição de equipamentos diversos e mobiliários em geral.

Na verificação dos limites dos gastos com pessoal e encargos com relação à Receita Corrente Líquida, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal – L.R.F, chegamos ao índice de 4,62%, no 1º quadrimestre de 2012, e nos últimos 12 meses (maio/2011-abril/2012) o percentual de 5,05%, abaixo, dos limites prudências e máximo, 5,70% e 6,00% respectivamente.

Principais despesas executadas (Tesouro e FERD)

Recursos do Tesouro/FERD (jan 2011 - maio 2012)

ÍTENS	VALOR R\$
Pessoal e Encargos	353.606.024,48
Diárias	364.030,45
Passagens	191.976,55
Serviço Pessoa Física	37.097,60
Serviço Pessoa Jurídica	14.119.478,34
Estagiário	4.438.567,41
Terceirizado – Mão de Obra	19.405.652,789
Justiça Gratuita	541.454,13
Assistência ao Servidor	29.722.954,51
Reformas	1.180.222,49
Ampliação	410.368,87
Construção	359.249,84
Material de Consumo	4.125.127,47

Recursos do Tesouro/FERD (jan 2011 - maio 2012)**Continuação**

ITENS	VALOR R\$
Tecnologia	2.340.196,00
Equipamento e Mob Diversos	1.680.048,46
Implementação da Corregedoria	537.263,23
ESMESE	380.836,42
ESAJ	288.132,29
Ressarcimento de Custas	483.349,84
Notários	2.574.923,56
Outros	800.996,24
Total	437.786.954,73



GESTÃO ADMINISTRATIVA

Diretoria de Administração

A Diretoria Administrativa do TJSE – em conjunto com suas respectivas unidades (Coordenadoria de Material e Patrimônio, Divisão de Almoxarifado, Divisão de Compras, Divisão de Controle de Material e Divisão de Patrimônio e, a Coordenadoria de Serviços) –

durante a atual gestão do Desembargador José Alves Neto, além de suas atividades rotineiras, que visam atender de forma eficiente e célere as solicitações encaminhadas pelas unidades administrativas e jurisdicionais do Poder Judiciário, destaca as seguintes atividades:

1. Projeto de Responsabilidade Ambiental: elaborado com a finalidade de atender a Resolução 22 do CNJ, através do cumprimento da Meta 6 (redução de 2% no consumo de água, energia, telefonia, combustível e papel), no período intensificou as reuniões mensais com os supervisores de fóruns da capital e do interior, proporcionando um maior controle do consumo e integração entre setores, a exemplo da Engenharia, Segurança, Pessoas.
2. Reforma do Depósito de Bens da Divisão de Patrimônio: localizada no prédio do Arquivo Judiciário, o Depósito de Bens hoje conta com melhor estrutura para os funcionários, além de dispor de uma oficina de marcenaria para conserto de móveis e cadeiras, proporcionando maior e melhor aproveitamento dos materiais e redução nos custos.
3. Renovação dos eletrodomésticos nas Comarcas em atendimento aos padrões PROCEL, proporcionando maior economia de energia e maior durabilidade.
4. Criação do Portal Eu Ajudo o Planeta: irá divulgar as ações relativas ao Projeto de Responsabilidade Ambiental tanto para o público interno quanto externo, além de disponibilizar aos usuários dados relativos ao consumo mensal e anual de cada unidade do Judiciário sergipano.



5. Programação das aquisições por meio de licitação: possibilita, através das atas de registro de preços em vigência, maior controle em relação às datas, quantidades e valores dos bens e serviços a serem adquiridos.
6. Renovação da frota de veículos, através de procedimento licitatório: os veículos serão adquiridos, através de Ata de Registro de Preços, parceladamente, de acordo com as necessidades do TJSE. A especificação foi feita de forma a atender os padrões ambientais, de modernidade tecnológica e de economicidade. Foram adquiridos, no período, dois veículos pick up e um veículo van passageiro
7. Abertura de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção veicular para os veículos que se encontram fora da garantia do fabricante.
8. Abertura de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de seguro automotivo total para todos os veículos da frota deste TJSE.

Coordenadoria de Material e Patrimônio

1. Acompanhamento do consumo e custos e de energia e água.
2. A Divisão de Compras, gestora do contrato de aquisição de passagens aéreas, com a assinatura do atual contrato obteve um aumento no desconto, passando de 9,10% para 10,35%. Bem como, nas aquisições por dispensa, através do Sistema Comprasnet do Estado, obteve-se uma redução nos custos em torno de 10%.
3. A Divisão de Controle de Material fez a doação de 3.889 toners e cartuchos compatíveis vazios à Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) para que fossem reciclados. Além da doação de 90 toners que estavam fora da validade para instituições beneficiadas com a doação de impressoras descartadas.
4. Descarte de materiais inservíveis para reciclagem pela Divisão de Patrimônio as entidades CARE e Grande Síntese.



Divisão de Transportes

Resumo Geral da Gestão Fevereiro 2011 a Julho 2012						
Veículos do TJSE						
	Representação		Administrativos		Total	
	Período	Média mensal	Período	Média Mensal	Período	Média mensal
Custo do combustível						
Gasolina	100.549,55	5.586,09	366.133,74	20.340,76	466.683,29	25.926,85
Diesel	0,00	0,00	135.898,74	7.549,93	135.898,74	7.549,93
Peças	13.499,30	749,96	236.032,10	13.112,89	249.531,40	13.862,86
Serviços	11.547,27	641,52	74.460,94	4.136,72	86.008,21	4.778,23
Lubrificantes	3.145,91	174,77	24.819,14	1.378,84	27.965,05	1.553,61
Total R\$	128.742,03	7.152,34	837.344,66	46.519,15	966.086,69	53.671,48
Gasolina (L)	36.753,35	2.041,85	134.626,00	7.479,22	171.379,35	9.521,08
Diesel (L)	0,00	0,00	59.195,42	3.288,63	59.195,42	3.288,63

RESUMO GERAL			
	VEÍCULOS		
UNIDADE: R\$	REPRES.	ADMINIST.	TOTAL
GASOLINA	100.549,55	366.133,74	466.683,29
DIESEL	0,00	135.898,74	135.898,74
PEÇAS	13.499,30	236.032,10	249.531,40
SERVIÇOS	11.547,27	74.460,94	86.008,21
LUBRIFICANTES	3.145,91	24.819,14	27.965,05
Total R\$	128.742,03	837.344,66	966.086,69
CONSUMO GASOLINA (L)	36.753,35	134.626,00	171.379,35
CONSUMO DIESEL (L)	0,00	59.195,42	59.195,42

OBSERVAÇÃO 1: O mês de julho/2012 foi calculado até o dia 17.

OBSERVAÇÃO 2: Os valores relativos ao meses de junho/2012 e julho/2012 foram estimados.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Metas Nacionais 2010



Juíza Suyene Barreto recebe certificado do CNJ em Brasília

O Tribunal de Justiça de Sergipe foi reconhecido, com o recebimento do certificado, como um dos melhores Tribunais brasileiros no desempenho para o cumprimento das metas de 2010. Das 9 metas que integraram a avaliação, já que a Meta 6 foi desconsiderada para esse fim, o TJSE cumpriu 7.

Metas Nacionais 2011

Já em 2011, o TJSE continuou a rotina de cumprir as metas nacionais. Das metas estabelecidas pelo CNJ para 2011, o Judiciário sergipano fechou o ano com 100 % delas cumpridas, tendo como destaque o melhor resultado nacional da Meta 3. O TJSE alcançou, em 2011, uma taxa de 119,8% de cumprimento dos julgamentos de processos, ou seja, julgou 19,8% mais processos do que recebeu. As outras metas alcançadas foram:

Meta 1: criação de unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica.

Meta 2: implantação de sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada Tribunal.

Meta 4: implantação de pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário, em escolas ou quaisquer outros.



Reunião discutiu metas para 2011

TJSE eleito para compor Subcomissão de Metas Nacionais do Judiciário brasileiro

O Poder Judiciário definiu as Subcomissões das Metas Nacionais, formadas por cinco Tribunais de cada segmento da Justiça brasileira. Na seara da Justiça Estadual, os Tribunais de todo país elegeram as Cortes de Justiça de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Territórios, Santa Catarina e Sergipe.



Subcomissão foi divulgada em maio de 2011, em Brasília

Visitas Nacionais para acompanhar a execução da Estratégia



Reunião do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico

Como exemplo, uma comitiva do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), coordenada pelo Juiz Auxiliar da Presidência, José Nilo Filho, conheceu o Planejamento Estratégico do TJSE. “A Justiça de Sergipe é referência nacional quando se fala da execução do Planejamento Estratégico. Resolvemos vir aqui para colher experiências positivas e aperfeiçoar nossos métodos. Nos impressionou os projetos relativos à gestão de pessoas e a segurança”.

O TJSE continua recebendo a visita de várias instituições

interessadas em conhecer o processo de execução Planejamento Estratégico, já bastante amadurecido através das Reuniões de Análise Estratégica – cujo comitê gestor é presidido pelo Desembargador Cezário Siqueira Neto – e das reuniões de líderes avançados, com todos os gestores dos projetos, além da consolidação de vários projetos, como a Premiação dos Servidores e outras ações, como o Encontro de Planejamento Estratégico.



Servidores do TJSE são premiados por sua produtividade

Premiação dos Servidores do TJSE recebeu prêmio na XI Mostra Nacional de Qualidade no Poder Judiciário



Juíza Adelaide Moura, Desembargador José Alves e Erick Andrade, Diretor de Planejamento

Concorrendo na Categoria Gestão Estratégica, o projeto do Poder Judiciário de Sergipe demonstrou como alinhar servidores ao Planejamento Estratégico através da meritocracia e como vem construindo, nos últimos anos, uma cultura orientada para melhorar continuamente os serviços prestados aos cidadãos. A premiação aconteceu em Brasília, nos dias 20 e 21 de outubro de 2011.

3º Encontro de Planejamento Estratégico realizado em 15/08/2011

Em relação à gestão estratégica do TJSE, houve um grande avanço no desdobramento do planejamento em planejamento estratégico setoriais, tais como: criação dos planejamentos estratégicos do Núcleo de Conciliação; da Coordenadoria da Mulher e da Esmese, além do aperfeiçoamento do planeja-

mento estratégico de TI que já existia desde 2010.

Outro ponto muito importante foi a aquisição e implantação do sistema de acompanhamento de projetos do TJSE, que permite a virtualização dos projetos estratégicos com o acompanhamento on line por

todos envolvidos no processo. A partir de agora, os projetos estratégicos do Tribunal tramitam de forma totalmente eletrônica, inclusive com as suas publicações em um portal, para visualização pela internet das principais ações de cada um entre outras informações importantes.



Encontro aconteceu no dia 15 de agosto de 2011, reunindo Magistrados e servidores

Recentemente, o TJSE foi indicado por outros Tribunais para expor como “case de sucesso”, no 3º Fórum Nacional de Gestão Estratégica no Setor Público, a experiência na área da construção da gestão estratégica na área judiciária, onde o Diretor de Planejamento e Desenvolvimento, Erick Andrade, representou o TJSE.

Pesquisa de Satisfação 2012: TJSE ouve usuários para melhorar prestação jurisdicional

A Pesquisa de Satisfação está na quarta edição e é realizada em todos os Fóruns de Aracaju, Juizado da Infância e Juventude, Vara de Execuções Criminais (VEC), Vara de Execuções das Medidas e Penas Alternativas (Vempa) e nas Comarcas de Itabaiana, Lagarto, Estância, Propriá, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, Nossa Senhora da Glória e Tobias Barreto. Na oportunidade, foram ouvidos cerca de 1.500 usuários por 53 estagiários responsáveis pela coleta dos dados.



TECNOLOGIA

A Secretaria de Tecnologia da Informação tem como missão prover soluções tecnológicas efetivas para que o Judiciário cumpra sua função institucional, facilitando o acesso aos serviços públicos oferecidos pelo Tribunal de Justiça de Sergipe. Os investimentos em tecnologia realizados durante a gestão do Desembargador José Alves – incluindo aquisição de equipamentos, sistemas e certificados – chegou a R\$ 4,6 milhões.

A gestão de 2011-2012 visou atingir as metas presentes na Resolução 15/2010 do TJSE, que aprovou o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), elaborado para o período 2010-2014. O PETIC abrange nove dos 13 objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do TJSE, ou seja, passou a ser um item importante para o sucesso da gestão eficaz do Tribunal.

Investimentos

Itens	Descrição	Qde	Benefício/Finalidade	R\$
01	Aquisição de aceleradores Wan	42	Promover um aumento da eficiência da rede do interior através de aceleradores wan. Reduz o custo mensal dos links visto que faz com que o circuito opere em capacidade maior que o contratado	1.350.883,70
02	Aquisição de Gbics	85	Proporcionar a interligação dos racks dos fóruns com seus elementos centrais de rede	67.235,00
03	Aquisição de Switchs PoE	120	Atendimento as Comarcas e maiores Distritos interior	667.917,60
04	Aquisição de serviço de manutenção da Rede de Rádio	1	Suporte a rede de rádio utilizada por vários fóruns da grande Aracaju	34.900,00
05	Microcomputadores	300	Atendimento da demanda e substituição dos micros antigos	675.000,00
06	Impressora laser colorida	3	Atender a demanda do planejamento estratégico	8.395,00
09	Scanner Fujitsu S-1500	50	Atender a virtualização dos processos	77.000,00
10	Monitores LCD ASUS 19"	500	Atender a SETECI, virtualização dos Juizados, Privativas e Varas	261.080,00
11	Certificados digitais A1 e A3	160	Atender a demanda e substituição de certificados que foram perdidos/cancelados	36.001,70
12	Sistema de Storage , Blade System e Tape Library	1	Atender a demanda de Armazenamento e processamento de dados em vista da virtualização dos processo judiciais	1.519.925,52
Total				4.698.338,52

Projetos Implantados

1. Virtualização das Varas de Assistência Judiciária de Aracaju e do Interior;
2. Virtualização das Varas de Família de Aracaju;
3. Virtualização das Varas Cíveis do Interior;
4. Migração do Sistema da Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas para o novo sistema PSGRAU;
5. Implantação do novo Portal Corporativo;
6. Implantação do Portal Agência de Notícias;
7. Implantação do Portal da Conciliação;
8. Implantação do Portal de Acesso à Justiça;
9. Evolução do Sistema de Juizados Especiais;
10. Evolução do Sistema de Gestão Processual Eletrônico (PSGRAU);
11. Evolução do Sistema de Controle Processual do 2º Grau;
12. Evolução do Sistema de Controle Processual (Autos Físicos);
13. Portal do Advogado/Defensor Público/Procurador;
14. Análise técnica de ferramentas de e-book, e encaminhamento do termo de referência para aquisição;
15. Implantação de ferramenta de levantamento de dados estatísticos de crimes de lavagem de dinheiro e crimes de corrupção e ações de improbidade administrativa, atendendo a determinação do CNJ;
16. Implantação de ferramenta de levantamento de dados para o Projeto Piloto de Conciliação de Processos Judiciais do CNJ junto ao Banco do Brasil;
17. Implantação de ferramenta de levantamento de dados estatísticos de processos envolvendo crimes de pedofilia para Corregedoria do CNJ;
18. Implantação de ferramenta de levantamento de dados estatísticos de processos envolvendo grupos vulneráveis para atender a solicitações da Secretaria de Políticas para as Mulheres, do governo Federal;
19. Implantação de ferramenta de levantamento de dados de advogados que atuam no Poder Judiciário de Sergipe para enviar informações à Ordem de Advogados do Brasil;
20. Integração com o CNJ: Envio de informações para Banco Nacional de Mandados de Prisão;
21. Integração com o Banco do Brasil: Sistema de Depósito Judicial - Guia de Depósito Eletrônica;
22. Integração com o Banese: Sistema de Depósito Judicial - Guia de Depósito Eletrônica;
23. Integração com o Ministério Público: envio das informações processuais;
24. Integração com a Procuradoria Geral do Estado: envio de informações processuais;
25. Integração com o Tribunal Regional Eleitoral: envio de informações de partes processuais que poderão ter seus títulos de eleitor suspensos ou cancelados por decisão judicial ou por óbito;
26. Integração com a Procuradoria Geral Federal: Controle eletrônico de Prazo das intimações (SCP);
27. Integração com a Secretaria de Segurança Pública: envio de informações processuais;
28. Integração com o Superior Tribunal de Justiça: envio de processos eletrônicos das Varas já virtualizadas;

29. Integração com o Supremo Tribunal Federal: Envio de processos eletrônicos da Turma Recursal;
30. Evolução do Módulo de Premiação dos Funcionários;
31. Alteração da ferramenta de importação e vinculação das Tabelas Processuais Unificadas (classe, assuntos e movimentos);
32. Implantação do módulo de mandado de prisão e alvarás de soltura eletrônicos para a Polícia Federal;
33. Colaboração com o CNJ no projeto PJE, no desenvolvimento do módulo de mandados eletrônicos;
34. Evolução do Sistema de Controle de Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito;
35. Implantação do Sistema de Controle de Certidão de Nascimento, Casamento e Óbito – SCC, integração com as maternidades e utilização de certificação digital, projeto alinhado ao projeto nacional de redução do subregistro – convênio TJSE e Governo do Estado;
36. Evolução do Sistema de Arrecadação de Cartórios Extrajudiciais;
37. Evolução do Sistema de Custas;
38. Evolução do Sistema de Controle de Acesso;
39. Evolução do Sistema de Mandados Eletrônicos;
40. Evolução do Sistema Acadêmico da Esmese;
41. Evolução do Sistema de Controle de Atos e Publicações;
42. Evolução do Portal do Oficial;
43. Evolução do Sistema de Autenticidade de Documentos;
44. Evolução do Sistema do Arquivo Judiciário;
45. Análise técnica para escolha de software de apoio ao projeto de promoção da ergonomia no TJSE;
46. Início da Virtualização dos Processos Administrativos, começando pelo procedimento de compras;
47. ERP – Sistema Integrado de Administração Pública;
48. Sistema de Recursos Humanos e Folha de Pagamento – Mentorh;
49. Reformulação do Portal da Infância e Juventude;
50. Integração com o Ministério da Previdência (SIPREV): Recadastramento dos servidores para atualização da base do Ministério da Previdência;
51. Integração com o Tribunal Regional Trabalho: alterações nas consultas dos totens;
52. Aquisição de sistema de armazenamento de dados - Storage de última geração. Com aumento de 96 terabytes de armazenamento. Para atender a virtualização dos processos judiciais;
53. Autorização da ampliação da sala-cofre;
54. Registro de preço para aquisição de equipamentos de rede sem fio gerenciável. Para viabilizar o acesso aos sistemas judiciais pelos operadores do direito;
55. Distribuição de 270 modems para acesso à internet para os Oficiais de Justiça e Executores de Mandados, a fim de dar uma maior mobilidade aos servidores no cumprimento das suas tarefas (cumprimento eletrônico dos mandados);
56. Aquisição de 300 micros computadores, através de adesão de ata do CNJ, para ampliação e atualização do parque instalado;
57. Aquisição de 50 scanners para atender à virtualização dos processos judiciais;

- 58.** Aquisição de 3 de impressoras lasers coloridas;
- 59.** Aquisição de 500 monitores para viabilizar o uso de 2 (dois) monitores de vídeo por computador para os assessores e magistrados;
- 60.** Constituição do Comitê Gestor de TIC, art. 12 da Resolução nº 90 do CNJ;
- 61.** Constituição do Grupo de Governança de TIC na SETECI com o fim da implantação das boas práticas de governança, Art. 2º § 1º e §2º Resolução 90 CNJ;
- 62.** Aquisição, implantação, capacitação e monitoramento de Solução EPM para o gerenciamento de projetos estratégicos do TJSE;
- 63.** Aquisição, implantação e capacitação da solução Documentum para viabilizar o armazenamento dos arquivos (documentos e vídeos) utilizados pelos sistemas do TJSE;
- 64.** Implantação do Programa Bem-Vindo: processo realizado em conjunto com a Secretaria de Administração e Planejamento para recepção de novos colaboradores da SETECI. Atendendo a Resolução 90/2009 e 99/2009 do CNJ;
- 65.** Elaboração do Plano de Comunicação da SETECI: possui toda a programação anual de divulgação das ações de governança da SETECI, inclusive com os padrões que devem ser utilizados. Atendendo a Resolução 90/2009 e 99/2009 do CNJ;
- 66.** Elaboração da Metodologia de gerenciamento de projetos da SETECI, atendendo a Resolução 90/2009 e 99/2009 do CNJ;
- 67.** Implantação do Gerenciamento do Catálogo de Serviços (Processo ITIL): listando os serviços prestados pela TIC do TJSE aos seus usuários e colaboradores, atendendo a Resolução 90/2009 e 99/2009 do CNJ;
- 68.** Implantação do processo do Gerenciamento de Mudanças: estabelecendo procedimentos e regras para a implantação de alterações no ambiente de produção dos serviços de TIC, atendendo a Resolução 90/2009 e 99/2009 do CNJ;
- 69.** Início da implantação do processo do Gerenciamento de Incidentes: visa padronizar procedimentos para solucionar o mais rápido possível falhas que ocorram no ambiente de produção, atendendo a Resolução 90/2009 e 99/2009 do CNJ;
- 70.** Início da implantação do processo do Gerenciamento de Problemas: visa padronizar procedimentos para procurar o mais rápido possível a causa da ocorrência de uma determinada falha para que esta não ocorra novamente, atendendo a Resolução 90/2009 e 99/2009 do CNJ;
- 71.** Início da implantação do processo do Gerenciamento de Requisições: visa criar procedimentos para padronizar as solicitações que são realizadas pelos usuários, atendendo a Resolução 90/2009 e 99/2009 do CNJ;
- 72.** Instalação de Centrais Telefônicas Digitais: possibilitando economia nas ligações realizadas, e uma maior rapidez e disponibilidade na comunicação, possibilitando ainda ligações diretamente a ramais;
- 73.** Instalação Unidade Resposta Audível (URA) para atendimento do Disk-Processo e da Ouvidoria Geral de Justiça, através de uma nova Central Telefônica Digital, visando facilitar o acesso da sociedade à justiça;
- 74.** Duplicação das Interfaces de Celular da Central Telefônica do Palácio da Justiça, proporcionando assim uma maior disponibilidade de comunicação em ligação para telefones celulares com custos reduzidos;
- 75.** Ampliação do número de ramais das Centrais Telefônicas do Palácio da Justiça, Fórum Gumersindo Bessa, Fóruns Integrados I, II e III , e o Fórum Des. Pedro Barreto de Andrade.

MODERNIZAÇÃO

Projetos Desenvolvidos

ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	ORIGEM INTERNA
Instalação do Atendimento Geral do Fórum Olímpio Mendonça	Foi implementada a instalação do Fórum Integrado Olímpio Mendonça, com estudos de infraestrutura, análise de quantitativo de pessoal de acordo com a demanda e as capacitações devidas para colocar em funcionamento os serviços para atender aos usuários de jurisdição especial voltado a cumprimento de penas (Vara de Execução Criminal), e de medidas e penas alternativas (Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas).	Criminal
SIJESP Virtual – Alterações para adaptação às Turmas Recursais	Atualização do sistema de controle processual dos Juizados Especiais, de modo a adaptar-se à virtualização das Turmas Recursais, permitindo o envio e o recebimento dos autos virtuais quando do recebimento de Recurso Inominado. Na oportunidade foram realizados ajustes com o intuito de promover a remessa à Turma Recursal de novo recurso ou o mesmo antes devolvido à Unidade de origem de forma irregular.	JECs
Implantação do Processo Eletrônico nas Varas Privativas de Assistência Judiciária	Aplicação do Processo Judicial Eletrônico nas Varas Privativas de Assistência Judiciária, seguindo os reclamos da SETECI, no sentido de promover a virtualização sem incorporação de todas as melhorias, no intuito de se atingir a unificação de sistemas informatizados de controle processual, respeitando, segundo gradação, grupos de competência para a implementação. As implantações ocorreram nos seguintes dias: VPAJ/São Cristóvão: 12/09/2011; 7ª VPAJ e VPAJ's de Socorro: 10/10/2011; Demais VPAJ's: 07/11/2011.	Cível
Implantação do Processo Eletrônico nas Varas de Família e de Sucessões (2ª e 5ª Varas Cíveis da Comarca de Aracaju)	O passo seguinte das “virtualizações” foram as Varas de Família e de Sucessões. Foram duas Unidades jurisdicionais que iniciaram os trabalhos com o processo judicial eletrônico, no dia 30/01/2012.	Cível
Estudo de Fases: Varas Privativas de Assistência Judiciária e Varas de Família e de Sucessões	Com a busca pelo processo judicial eletrônico enquanto meta do Planejamento Estratégico do TJSE, foram realizados estudos de fases para as Varas Privativas de Assistência Judiciária e das Varas de Família e de Sucessões. A finalidade do mencionado estudo é promover análises mais sofisticadas sobre delonga de feitos por momentos do processo.	Cível

Levantamento de Melhorias para SETECI	Em face de determinação da Presidência e da Corregedoria-Geral da Justiça, após implantação do processo eletrônico nas Varas Privativas de Assistência Judiciária do Estado de Sergipe e das Varas de Família e de Sucessões da Comarca de Aracaju, do Programa Gestão e Otimização das Rotinas de Trabalho da Área Judicial (procedimento e “virtualização”), foram levantados problemas e melhorias.	Cível
Expansão do Mandado de Prisão e Alvará de Soltura Virtuais	Projeto implantado inicialmente na 4ª Vara Criminal de Aracaju que permite a tramitação totalmente virtual dos mandados de prisão/recaptura e alvarás de solturas entre as unidades jurisdicionais e os presídios e/ou delegacias. A DIMOJ e Corregedoria-Geral da Justiça expandiu o presente projeto para todas as Comarcas na atual gestão.	Criminal
Melhorias no Sistema Eletrônico de Controle do Mutirão Carcerário	Ferramenta desenvolvida para o acompanhamento, em tempo real, de todos os processos submetidos ao mutirão carcerário. Através da melhoria na ferramenta foi possível visualizar, de imediato, a decisão do juiz para validação do grupo gestor do mutirão carcerário, dando agilidade na prestação jurisdicional. As melhorias foram voltadas: a) a vinculação da decisão do magistrado para ser enviado ao Grupo Gestor do Mutirão Carcerário, b) e ferramenta específica para saber de imediato quantas decisões foram proferidas de acordo com as cautelas diversas da prisão.	Criminal
Relacionamento das Classes, Assuntos e Movimentos alterados pelo CNJ	Correlação das Tabelas Processuais Unificadas – TPU’s – nos Juizados Especiais, e nos movimentos para adaptação às mudanças perpetradas pelo Conselho Nacional de Justiça. Tal providência, como já foi mencionado alhures, visa facilitar o controle nacional das demandas, bem como padronizar a leitura das informações nas consultas do processo. Na atual gestão foram sugestionadas criações de movimentos (ex.: mudança de relatoria – TR), modificação nos assuntos das Varas Criminais, e revisão das classes processuais nas Varas Privativas e de Família e Sucessões	DIMOJ
Projeto de Melhorias na Vara da Infância e Juventude Virtual	Avaliação, estudo e elaboração de projeto complementar dedicado à melhoria nas rotinas de trabalho da Vara da Infância e da Juventude, notadamente voltado ao controle da criança e adolescente acolhidos ou internados, e a guia de acolhimento institucional para o plantão judiciário.	JECs
Portal Criminal – 2ª fase	A 2ª fase do Portal Criminal permite a tramitação virtual dos laudos periciais, inquéritos policiais e autos de prisão em flagrante entre o TJSE e a SSP, entre outras funcionalidades. A situação é a de que a Secretaria de Segurança Pública interaja para colocar em efetivo funcionamento.	Criminal

Projeto Controle da Situação da Criança e/ou Adolescente	O objetivo primordial do projeto é celebrar a tramitação de processos envolvendo menores em situação de risco ou em conflito com a lei, através do acompanhamento individualizado, automático e eletrônico das situações, condições e dos prazos específicos de cada caso. Os objetivos específicos são: celerizar os processos envolvendo criança ou adolescente; aperfeiçoar o gerenciamento de tais processos; permitir o controle pelo juízo e pela Coordenadoria da Infância e da Juventude das seguintes situações, condições e prazos dos processos.	Cível e JECs
Manual de Procedimento dos Atendimentos Gerais	O Manual objetiva fornecer aos servidores do Atendimento Geral, que pela primeira vez tenha acesso à rotina de trabalho neste setor, um auxílio para uma boa condução de suas obrigações no ambiente de trabalho, fornecendo-lhes informações práticas por meio de textos e vídeos explicativos, assim como diversos exemplos das situações que poderão ocorrer no dia-a-dia para melhor solucioná-las. Ademais, os trabalhos desenvolvidos neste setor serão realizados, também, por meio do Sistema de Controle Informatizado, assim, torna-se imperativo discorrer sobre como acessá-lo. Contudo, no tempo hodierno, díspares são os sistemas informatizados nos quais foram estruturadas as plataformas de controle processual. Dessa forma, oportunamente, serão explicadas as formas de acesso a tais sistemas de controle processual e suas particularidades, quais sejam, Varas Comuns e Especiais Cíveis e Criminais e Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Ressalte-se que se trata de projeto incluído no Planejamento Estratégico.	DIMOI
Melhorias na “virtualização” do Juizado Especial da Fazenda Pública	Projeto desenvolvido e entregue à SETECI, que teve por escopo inaugurar o Juizado Especial da Fazenda Pública (JEFaz) já com processo eletrônico, nos moldes como foi desenvolvido o SIJESP. Teve por base a Lei Federal nº 12.153/2009. A Implantação ocorreu em 31/01/2011. As melhorias se concentraram na possibilidade de gravação de depoimentos na audiência de conciliação (permissivo legal) e divulgação da Unidade Jurisdicional à Sociedade.	Cível e JECs
Malote Digital	Por determinação da Comissão responsável pelo cumprimento das Metas Prioritárias e do Presidente do Comitê do Planejamento Estratégico, a SETECI colocou à disposição da DIMOI o sistema informatizado do Malote Digital do Conselho nacional de Justiça, e coube à DIMOI elaborar um plano de ação para o implemento do sistema, com elaboração de programa de curso para servidores, manual de procedimento e elaboração de conteúdo normativo, que redundou na Resolução 19/2010. O sistema foi implantado em DEZ/10 e na atual gestão foram feitas inclusões de Unidades Organizacionais e melhorias nos sistemas de controle processual, para fins de controle de documentação expedida e enviada para outras Unidades, inclusive a Carta Precatória. Na atual gestão foram levantados problemas enfrentados, que foram devidamente informados ao CNJ, e solucionados.	DIMOI e 2º Grau

Revisão do Manual do Plantão Judiciário do 1º grau	No intento de facilitar a atividade judicante no Plantão Judiciário, a revisão do manual tem por intento padronizar as atividades de registro e movimentação dos processos nos sistemas de controle processual durante o regime do plantão. A pretensão é fazer com que todos os servidores que estarão escalados para o plantão possam ser bem orientados em gerar o cadastramento imediato de ações diretamente no sistema informatizado, bem como enviar as informações e o processo ao Magistrado Plantonista. Ressalte-se que se trata de projeto incluído no Planejamento Estratégico.	DIMOI
Manual da VEC - Módulo Gabinete	Elenco de atribuições/procedimentos do gabinete de juiz pormenorizados, descrevendo-os e indicando a legislação.	Criminal
Estudo de classes, assuntos, movimentos e fases na Vara de Execução de Medidas e Penas Alternativas (VEMPA)	O estudo de classes, assuntos, movimentos e fases da 10ª Vara Criminal (Vara de Execuções de Medidas e Penas Alternativas - VEMPA) de acordo com a nova Padronização e Uniformização Taxonômica e Terminológica das TPU's (Tabelas Processuais Unificadas) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), possibilitará a extração de dados estatísticos mais acurados para implementação de políticas públicas para prevenção a crimes de menor potencial ofensivo.	Criminal
Estudo de classes, movimentos e fases das varas de crime comum, tribunal do júri, grupos vulneráveis, uso indevido e tráfico ilícito de entorpecentes, delitos de trânsito, abuso de autoridade.	Com estudo de classes e fases das varas de competência criminal de acordo com a nova Padronização e Uniformização Taxonômica e Terminológica das TPU's (Tabelas Processuais Unificadas) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), será possível a extração de dados estatísticos específicos para serem fornecidos às autoridades públicas para fins de políticas públicas.	Criminal
Projeto Implementação de Dois Monitores nas Unidades Jurisdicionais com Processo Eletrônico	Desde o surgimento dos Juizados Especiais Virtuais – portanto, após a insurgência do processo judicial eletrônico –, houve uma preocupação com duas questões cruciais: uma relacionada à lesão de esforço repetitivo (LER), a segunda ligada à fadiga visual. Sobre essa segunda problemática, a DIMOI elaborou estudo para modificar os padrões do uso de monitor, aumentando em mais uma estação de trabalho. A solução proposta advém da dificuldade, hoje já notoriamente reconhecida, de lidar com atos decisórios em processos virtuais. Tal ocorre porque o Magistrado e seus assessores, na elaboração de um despacho, decisão ou sentença, precisa acessar os autos em sua plenitude, muitas vezes materializados (formato PDF), ao passo que elabora o ato processual. Na atual gestão o mencionado projeto já está na fase de execução, aguardando tão somente a SETECI, através da sua equipe própria, comunicar a compra e contactar a DIMOI para estabelecer quais Unidades receberão os primeiros monitores.	DIMOI

Portal de Acesso à Justiça	O mencionado projeto propõe-se a colocar à disposição dos advogados, procuradores, peritos e especialmente às partes, o acesso a todas as informações do processo judicial informatizado, desde o ajuizamento até o segundo grau de jurisdição, objetivando sobretudo a maior dinâmica no peticionamento eletrônico e nas manifestações/informações advindas das decisões judiciais. A pretensão, portanto, é garantir a mais abrangente acessibilidade às provas e decisões judiciais, permitindo a coadjuvância dos agentes envolvidos, resguardando-se o segredo de justiça. Ressalte-se que todo o enfoque foi avaliado à luz da Resolução 121 do CNJ. Ressalte-se que se trata de projeto incluído no Planejamento Estratégico.	DIMOI
Projeto Processo Eletrônico no 2º Grau de Jurisdição	Prevê o desenvolvimento de um novo sistema de controle processual para o 2º grau, com foco no processo judicial eletrônico. O projeto tenta melhorar diversas rotinas procedimentais no fluxo de trabalho, através de ferramentas de controle mais elaboradas e mais simples. O projeto em questão faz parte do Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça de Sergipe.	2º Grau
Confecção do relatório do mutirão carcerário - 2011	Documento que registrou o diagnóstico das inspeções (raios-X) dos estabelecimentos prisionais do Estado de Sergipe, entre as quais, a estrutura, condições de segregação dos presos provisórios, definitivos, em tratamento ambulatorial, medida de segurança e internações de adolescentes em conflito com a lei e que com isso foi possível solicitar as autoridades as providências necessárias para dar mais dignidade aos segregados. O relatório foi produzido entre os meses de NOV a DEZ/11, sob supervisão da Corregedoria-Geral da Justiça.	Criminal
Integração com o Banco Nacional de Prisão	Em virtude da Resolução nº 137/11 do Conselho Nacional de Justiça foi necessário realizar o estudo de adequação da ferramenta “Mandado de Prisão e Alvará de Soltura Eletrônicos”, para que houvesse comunicação/integração entre os bancos de dados do TJSE e do CNJ.	Criminal

ENGENHARIA

DEPARTAMENTO DE OBRAS



Foram realizadas 74 obras durante a Gestão do Des. José Alves Neto, incluindo as quatro obras que iniciaram em gestão anterior, conforme as tabelas a seguir. O montante investido nessas obras corresponde a R\$ 15.503.236,49. Todas as obras são extremamente importantes para o TJSE, tendo em vista que, além de melhor atender as condições de segurança, acessibilidade, instalações em geral e, principalmente, de cabeamento estruturado, com vistas a virtualização processual, contribui para elevar ainda mais o nível de prestação dos serviços jurisdicionais do Poder Judiciário de Sergipe.

O Departamento de Obras do TJSE atua com uma estrutura organizacional dividida em duas Coordenadorias:

Coordenadoria de Obras: composta pela Divisão de Fiscalização e a Divisão de Manutenção e Conservação, com atribuições de fiscalizar as obras e prestar a devida manutenção aos prédios existentes.

Coordenadoria de Projetos: composta pelas Divisões de Engenharia, de Orçamentos e Arquitetura, com atuação no sentido de preparar os projetos de arquitetura, acompanhar os projetos complementares de engenharia e prestar as informações ao SISAP e fazer os devidos orçamentos e especificações de materiais para orientar a realização dos certames licitatórios.

Obras que foram iniciadas antes da gestão do Desembargador José Alves Neto e concluídas durante a gestão:

ITEM	OBRA	ORDEM DE SERVIÇO	DATA FINAL	VALOR GLOBAL (R\$)
1	Construção do novo Fórum de Campo do Brito	24/5/2010	04/3/2011	1.419.636,49 Valor pago na Gestão do Des. José Alves Neto: R\$ 312.212,71
2	Ampliação do Fórum Gumersindo Bessa Aracaju	24/5/2010	31/8/2011	11.282.334,94 Valor pago na Gestão do Des. José Alves Neto: R\$ 5.047.751,53
3	Execução das obras de Reforma dos seguintes Fóruns: Fórum Manoel Soares Pinto (Feira Nova); Fórum Juiz José Dantas Fontes (São Miguel do Aleixo); Fórum José Bezerra dos Santos (Japoatã); Fórum Des. Gilson Góes (São Cristóvão); Fórum Des. José Barreto Prado, (Pirambu); Fóruns Integrados III (Aracaju)	25/10/2010	21/2/2011	101.198,40 Valor pago na Gestão do Des. José Alves Neto: R\$ 90.137,41
4	Reforma e Ampliação Fórum Dra. Gicélia de Araújo Torres (Salgado)	24/1/2011	8/5/2011	48.749,84 Valor pago na Gestão do Des. José Alves Neto: R\$ 48.749,84
	Valor pago na Gestão do Des. José Alves Neto			R\$ 5.498.851,49

Obras iniciadas na gestão do Desembargador José Alves Neto, sendo que 56 foram concluídas e, até o início de junho de 2012, 14 estavam em andamento:

ITEM	OBRA	ORDEM DE SERVIÇO	DATA FINAL	VALOR GLOBAL (R\$)
1	Reforma do Fórum Des. Pedro Barreto de Andrade , localizado na Av. Coletora "C", s/nº, Conj. Marcos Freire, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE	7/2/2011	7/5/2011	23.807,79
2	Reforma do Fórum Juiz Mário de A. Lobão , localizado na Pça. Manuel do Carmo de Jesus, no município de Ribeirópolis/SE	14/2/2011	13/6/2011	51.524,37
3	Reforma do Fórum Luiz Augusto Barreto , localizado na BR 101, s/nº, Parque dos Faróis, no Município de Nossa Senhora do Socorro/SE	10/3/2011	8/4/2011	7.880,82
4	Reforma do Fórum Des. Hunald Santa Flor Cardoso , localizado na Rua Deoclides Paes de Azevedo, s/nº, no município de Santa Rosa de Lima/SE	21/3/2011	18/07/2011	53.822,99
5	Reforma do Fórum Juiz João Fernandes de Brito , localizado na Av. João Barbosa Porto, s/nº, bairro Bela Vista, no município de Propriá/SE .	04/04/2011	01/08/2011	145.914,45
6	Reforma e Ampliação do Fórum Dom Juvêncio de Brito , localizado na Praça Padre Cícero, s/nº, no município de Canindé de São Francisco/SE .	18/04/2011	11/02/2012	323.011,94
7	Serviços de adequação da Rede Elétrica Interna do Fórum Maurício Graccho Cardoso , localizado na Av. Dr. Luiz Magalhães, 870, bairro Centro, no município de Itabaiana/SE .	29/03/2011	27/04/2011	13.757,17

8	Serviços de adequação da Rede Elétrica Interna do Fórum Dr. Felisberto Freire , localizado na Av. Emídio Max Neto, s/nº, bairro Centro, no município de Itaporanga D'Ajuda/SE.	11/04/2011	10/05/2011	14.967,60
9	Reforma dos Fóruns Integrados III - Unidade Ministro José Arnaldo da Fonseca , localizado na Rua Paulo Henrique Machado Pimentel, 170, Bairro Inácio Barbosa, no município de Aracaju/SE.	02/05/2011	26/01/2012	253.115,33
10	Reforma do Fórum Des. Artur Oscar de Oliveira Déda , localizado na Av. Manuel Passos, s/nº, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE.	09/05/2011	04/12/2011	268.824,70
11	Fornecimento e instalação de sombreadores no Fórum Gumersindo Bessa , nesta Capital.	09/05/2011	06/08/2011	301.775,82
12	Reparo da Fachada e outros serviços no Centro Tecnológico Des. José Artêmio Barreto , localizado na Rua Pacatuba, bairro Centro, Aracaju/SE.	30/05/2011	23/02/2012	152.768,79
13	Reforma da Copa da Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe , localizada no 2º Pavimento do Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes, Praça Fausto Cardoso, 112, Centro, Aracaju/SE	01/05/2011	30/05/2011	7.144,01
14	Serviços de Reforma do Telhado do Fórum Dr. Felisberto Freire , localizado na Av. Emídio Max Neto, s/nº, bairro Centro, no município de Itaporanga D'Ajuda/SE.	11/05/2011	09/06/2011	3.540,30

15	Serviços de Abertura de Janela na Sala de Conciliação do 3º Juizado Especial Cível – Fóruns Integrados I – Unidade Maria Virgínia Leite Franco , localizado na Av. Serafim Bonfim, 440, bairro Santos Dumont, no município de Aracaju/SE.	14/06/2011	28/06/2011	1.603,61
16	Reforma do Fórum Flávio da Rosa Melo , localizado na Travessa Coronel Cassimiro, 70, Centro, no município de Frei Paulo /SE.	04/07/2011	31/10/2011	68.878,88
17	Reforma do Fórum Dr. Fernando Maynard , localizado na Travessa da Bolandeira, s/nº, no município de General Maynard/SE.	11/07/2011	08/10/2011	54.952,40
18	Reforma do Fórum Juiz Wilson Barreto Louredo e Construção de Reservatório Inferior do Fórum , localizado na Rua José Júnior, s/nº, Centro, no município de São Domingos /SE.	11/07/2011	07/11/2011	61.822,43
19	Reforma da Ouvidoria do Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes , localizado na Pça. Fausto Cardoso, 112, Centro, Aracaju/SE.	11/07/2011	25/07/2011	8.507,16
20	Reforma do Fórum Des. José Fernandes Prado Vasconcelos , localizado na Pça. da Bandeira, s/nº, Centro, no município de Divina Pastora /SE.	18/07/2011	15/10/2011	31.163,70
21	Reforma do Fórum Clóvis de Faro Rollemberg , localizado na Av. Dr. Leandro Maciel, s/nº, Centro, no município de Cumbe /SE.	25/07/2011	22/10/2011	54.381,81
22	Reforma do Fórum Dr. Matheus de Lemos S. Machado , localizado na Pça. da Bandeira, nº 25, Centro, no município de Brejo Grande /SE.	18/07/2011	15/10/2011	48.276,48

23	Execução de serviços de Sumidouros e caixas de passagens no Fórum Des. Epaminondas Silva de Andrade, no município de Lagarto/SE.	25/07/2011	23/08/2011	8.485,67
24	Reforma do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe – Palácio Sílvio Romero , localizado na Pça. Olímpio Campos, 417, Centro, Aracaju/SE.	01/08/2011	26/04/2012	146.109,06
25	Reforma do Fórum Juiz Valmir Teles do Nascimento , no município de Nossa Senhora Aparecida/SE.	01/08/2011	29/10/2011	39.970,66
26	Reforma do Fórum José de Carvalho Déda , localizado na Av. São José, s/nº, Centro, no município de Poço Verde/SE.	8/08/2011	05/11/2011	47.140,71
27	Reforma do Fórum Governador Eronides Ferreira de Carvalho , localizado na Rod. Eronides Ferreira de Carvalho, s/nº, no município de Canhoba/SE.	08/08/2011	05/12/2011	59.578,78
28	Adaptação para Instalação da 2ª Vara do Fórum Aloísio Vilas Boas , localizado na Av. Manoel Elygio da Mota, s/nº, bairro Brasília, no município de Nossa Senhora da Glória/SE.	05/08/2011	19/08/2011	28.573,50
29	Reforma e Ampliação do Fórum Cardeal Mindszenty , localizado na Rua Augusto César Leite, 189, no município de Porto da Folha/SE.	08/08/2011	02/07/2012	558.971,03
30	Reforma do Fórum Promotora Maria José Pizzi Menezes Moreira e Construção de Reservatório Inferior , localizado na Rua das Flores, s/nº, Centro, no município de Santana do São Francisco/SE.	01/08/2011	28/11/2011	65.353,27

31	Reforma do Fórum Des. Luciano França Nabuco e Construção de Reservatório Inferior , localizado na Trav. Carlos Simeão, s/nº, Centro, no município de Santo Amaro das Brotas/SE	23/08/2011	20/11/2011	41.935,52
32	Reforma do Fórum Promotor Valdir de Freitas Dantas , localizado no município de Telha/SE .	15/08/2011	11/01/2012	57.667,92
33	Reforma e Ampliação do Fórum Dr. Levindo Cruz , localizado na Av. Contorno Norte, s/nº, Centro, no município de Laranjeiras/SE .	22/08/2011	18/03/2012	272.544,05
34	Reforma dos Fóruns Integrados II, Unidade Ministro Arnaldo Leite Rollemberg , localizado na Av. Juscelino Kubitschek, 389, bairro Cidade Nova, no município de Aracaju/SE .	22/08/2011	17/05/2012	336.452,49
35	Reforma do Fórum Juiz José Emídio da Costa Sobrinho e Construção do Reservatório Inferior , localizado na Pça. São José, s/nº, Centro, no município de Pinhão/SE .	29/08/2011	25/01/2012	66.269,25
36	Reforma do Fórum Dr. Francisco Leite Neto e Construção de sua Custódia , localizado na Rua Santa Maria, s/nº, Centro, no município de Riachuelo/SE .	29/08/2011	24/02/2012	158.937,64
37	Reforma do Fórum Juiz Félix de Guimarães , localizado na Rua da Glória, s/nº, Centro, no município de Graccho Cardoso/SE .	22/8/2011	19/12/2011	69.645,52

38	Reforma e Ampliação do Fórum Dr. Francisco Vieira de Andrade , no município de Capela/SE .	5/9/2011	01/05/2012	350.811,36
39	Reforma do Fórum Hermes Fontes , localizado no município de Boquim/SE .	22/8/2011	18/01/2012	82.690,30
40	Reforma do Fórum Procurador José Gomes de Andrade e construção de seu reservatório , localizado na Rodovia Eronildes Ferreira de Carvalho, s/nº, Centro, no município de Nossa Senhora de Lourdes/SE .	5/9/2011	01/02/2012	65.547,33
41	Reforma do Fórum Odilon Palmeira e construção do reservatório inferior , localizado na Trav. Abraão Freire, s/nº, Centro, no município de Amparo do São Francisco/SE .	5/9/2011	01/02/2012	69.203,08
42	Serviços de Recuperação do Muro do Fórum Des. Fernando Ribeiro Franco , localizada na rua Alexandre Alcino, s/nº, Santa Maria, Aracaju/SE	12/09/2011	11/10/2011	14.924,56
43	Reforma do Fórum Olímpio Mendonça , localizado na rua Central 3, s/nº, Conj. Orlando Dantas, no município de Aracaju/SE.	3/10/2011	30/03/2012	168.161,88
44	Reforma do prédio e construção do reservatório inferior do Fórum Des. Waldemar Fortuna de Castro , localizado na Rua Senador Valter Franco, s/nº, no município de Areia Branca/SE .	13/10/2011	09/02/2012	67.524,06
45	Reforma do Arquivo Judiciário Des. Manuel Pascoal Nabuco D'Ávila , localizado na Rua Conselheiro Carlos Sampaio, s/nº, bairro Capucho, no município de Aracaju/SE.	07/11/2011	04/05/2012	116.565,87

46	Reforma do Fórum Dr. Arquibaldo Mendonça, localizado na praça João Alves, s/nº, Centro, no município de Indiaroba/SE.	24/10/2011	20/02/2012	85.544,74
47	Reforma do Fórum Juiz Manoel Soares Pinto, localizado na rua Pedro Alves Feitosa, 211, no município de Feira Nova/SE.	24/10/2011	21/01/2012	31.517,00
48	Reforma e Ampliação do Fórum Antônio Ferreira Filho, localizado na rua "A", s/nº, Conj. CEHOP, Povoado Bolívar, no município de Ilha das Flores/SE.	24/10/2011	20/02/2012	62.466,07
49	Reforma do prédio e construção do reservatório inferior do Fórum Alberto Deodato, localizado na rua Álvaro Garcez, 315, Boa Hora no município de Maruim/SE.	07/11/2011	24/04/2012	219.902,70
50	Reforma da Escola Superior da Magistratura de Sergipe - ESMESE, localizada no 7º pavimento do Centro Administrativo Des. José Antônio de Andrade Góes, na rua Pacatuba, 55, Centro, no município de Aracaju/SE.	07/11/2011	05/03/2012	70.024,60
51	Elaboração dos Projetos Complementares do Novo Fórum de Pacatuba, localizado na estrada estadual SE-202, entrada do município de Pacatuba/SE.	14/11/2011	13/12/2011	29.001,60
52	Elaboração dos Projetos Complementares do Novo Fórum de Cedro de São João, localizado na rua Antônio Batista, s/nº, no município de Cedro de São João/SE.	16/11/2011	15/12/2011	22.712,04

53	Reforma dos Fóruns Integrados I – Unidade Maria Virgínia Leite Franco , nesta capital.	28/11/2011	26/01/2012	134.045,87
54	Reforma e Ampliação do Fórum Juiz Aloísio Vilas Boas , localizado na rua Pedro Álvares Feitosa, 211, no município de Nossa Senhora da Glória/SE .	05/12/2011	31/07/2012	1.113.995,28
55	Reforma do Fórum Ministro José Simpliciano Fontes de Faria Fernandes , localizado na av. Buenos Aires, s/nº, Centro, no município de Pedrinhas/SE .	05/12/2011	02/04/2012	65.882,46
56	Serviços de Reforma da Consultoria Geral da Presidência do TJSE , localizada no 7º Pavimento do Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes, Praça Fausto Cardoso, 112, Centro, Aracaju/SE	19/12/2011	17/01/2012	5.772,23
57	Reforma do Prédio, Construção de Guarita e Estacionamento Externo do Fórum Des. Gilson Góes , localizado no Largo Joel Fontes Costa, s/nº, no município de São Cristóvão/SE .	13/02/2012	10/08/2012	554.869,34
58	Reforma do Fórum Bel. Luiz Augusto Barreto , localizado na BR 101, Parque dos Faróis, no município de Nossa Senhora do Socorro/SE .	05/03/2012	02/06/2012	119.033,33
59	Reforma dos Ambientes Internos do Palácio da Justiça e Centro Administrativo para adaptação do Plantão, sala de xerox/telefonista, central de mandados e protocolo administrativo , localizados na Rua Pacatuba, nº 55, Centro, no município de Aracaju/SE	09/03/2012	07/05/2012	22.621,17

60	Reforma do Fórum João Bosco de Andrade Lima , localizado na Rua Joaquim C. Nascimento, 219, Centro no município de Arauá/SE.	19/03/2012	16/07/2012	113.730,74
61	Reforma no Fórum Gumersindo Bessa – Defensoria Pública , localizado no Centro Administrativo Augusto Franco, na av. Tancredo Neves, s/nº, bairro Capucho, no município de Aracaju/SE.	16/03/2012	14/04/2012	38.569,53
62	Elaboração dos Projetos Complementares para Construção do Novo Prédio dos Fóruns Integrados III , localizado na Rua Paulo H. M. Pimentel, nº 110, DIA, no município de Aracaju/SE.	14/03/2012	11/06/2012	214.341,12
63	Reforma do Fórum Gumersindo Bessa , localizado na Av. Presidente Tancredo Neves, s/nº, Bairro Capucho, no município de Aracaju/SE.	12/04/2012	08/10/2012	1.125.954,48
64	Reforma no Fórum Gumersindo Bessa , localizado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco, na Av. Presidente Tancredo Neves, s/nº, Bairro Capucho, no município de Aracaju/SE.	09/04/2012	07/06/2012	22.724,85
65	Reforma do Fórum Maurício Graccho Cardoso , localizado na Av. Luís Magalhães, 870, no município de Itabaiana/SE.	10/04/2012	06/09/2012	248.575,47
66	Reforma do Fórum João Paulo II , localizado na Av. Presidente Costa e Silva, s/nº, no município de Gararu/SE.	23/04/2012	19/09/2012	175.644,22

67	Reforma do 4º Pavimento do Centro Administrativo Des. José Antônio de Andrade Góes , localizado na Rua Pacatuba, nº 55, Centro, no município de Aracaju/SE.	23/04/2012	21/06/2012	115.430,90
68	Reforma e Construção de Custódia do Fórum Juiz José dos Anjos , localizado na Av. Aroaldo Chagas, s/nº, Centro, no município de Carira/SE.	30/04/2012	27/08/2012	139.459,83
69	Reforma e Ampliação do Fórum Professor Gonçalo Rollemberg Leite (UFS) , localizado na Cidade Universitária Professor José Aloísio de Campos, Marechal Rondon, s/nº, bairro Rosa Elze, no município de São Cristóvão/SE.	04/06/2012	30/11/2012	362.403,55
70	Reforma do Fórum Juiz Enock de Oliveira Souza Filho , localizado na Av. Antônio Carlos Valadares, s/nº, bairro Centro, no município de Siriri/SE.	28/05/2012	25/08/2012	65.655,82
				R\$ 10.004.385,00



SEGURANÇA

Diretoria de Segurança



Durante a gestão do Desembargador José Alves Neto, foi investido mais de R\$ 2,3 milhões em segurança. Foi realizada a instalação de grades, custódia, construção de muros e guaritas; tudo com vistas na melhoria da segurança das instalações que fazem parte do Poder Judiciário sergipano, de seus serventuários como um todo e dos seus jurisdicionados. Também foram adquiridos equipamentos; qualificados, através de cursos, os policiais militares que estão à disposição do TJ; houve aumento no número de postos de vigilância armada para ter vigilantes armados vinte quatro horas nas sedes de Comarca do interior do Estado; promoção de curso de ações defensivas voltado para os Magistrados; intervenções na estrutura física dos prédios para torná-los mais seguros, entre outras ações.

Investimento em Infraestrutura

O Judiciário sergipano possui uma das melhores estruturas físicas do país, porém, na maioria dos prédios que compõem o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, quando de suas construções, não houve uma priorização de um importante componente que é a segurança

das instalações. Assim, passou-se a cobrar que em qualquer construção, reforma ou ampliação, fosse sempre ouvida a Diretoria de Segurança. Com isso, desde do início da gestão do Desembargador José Alves Neto, diversas obras foram realizadas e em praticamente todas elas

ocorreu modificações nos projetos por sugestão da Diretoria de Segurança. Dessa forma, foram investidos R\$ 1.537.168,70.

Essas intervenções, em sua maioria, dizem respeito às seguintes medidas: aumento na altura dos muros das unidades

para que possibilitassem a instalação de cercas elétricas, colocação de grades em portas e janelas de maior vulnerabilidade, construção de guaritas padronizadas conforme indicação da Diretoria de Segurança para que seja possível um maior controle no acesso de pessoas às instalações, construção de muros em prédios que não o possuíam, a exemplo de São Cristóvão, Maruim e Nossa Senhora do Socorro, dentre outras intervenções.

Foram implantadas cercas elétricas industriais em 61 unidades, ofendículo bem mais resistente e que proporciona uma maior segurança do que as cercas elétricas convencionais existentes em algumas unidades. Outras 24 unidades também serão contempladas com esse equipamento de segurança até o final do mês de julho. O custo para colocação das cercas elétricas industriais em todas unidades foi de pouco mais de R\$ 300.000,00.

Policiais Militares

Atualmente, o TJSE conta com 100 policiais militares e 17 do Corpo de Bombeiros. Esses homens têm como missão principal garantir a segurança da atividade jurisdicional, bem como prover a integridade física de magistrados que porventura estejam sendo ameaçados. Na Constituição Estadual há uma previsão de assessoria militar para o Poder Judiciário, porém, não existe previsão quanto ao número de homens a ser empregado nesta assessoria. Em razão disso, sempre houve uma certa instabilidade a respeito do quantitativo destes homens que prestam um trabalho de suma importância para o judiciário. Por este motivo, depois de inúmeras reuniões com o comando da Polícia Militar e a cúpula da Secretaria de Segu-

rança Pública, conseguimos chegar às bases de um acordo que dará origem a um convênio específico que visa regulamentar de uma vez por todas a atuação e o número de homens da Polícia Militar à disposição do Tribunal de Justiça.

Com esse convênio, também estaremos atendendo à Resolução Nº 148, de 16 de abril, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), que determina que somente mediante previsão em lei ou convênio específico será admitida a atuação de policiais e bombeiros militares nos Tribunais sujeitos à fiscalização e controle do conselho e em todos os demais órgãos a eles subordinados.

Vigilância Armada

No início da atual gestão, a Diretoria de Segurança levou para apreciação do Presidente uma importante medida: a implementação da vigilância armada 24 horas nas sedes de Comarca do interior do Estado. A necessidade se dava em razão dessas unidades terem em suas dependências um maior número de processos, maior volume de equipamentos (como computadores, televisores e aparelhos de ar-condicionado), armas e drogas ligadas aos processos, bens apreendidos em decorrência da ação judicante, dentre outros. Além é claro, que em muitas dessas unidades, pernoitam, durante a semana,

Juízes, Promotores, técnicos e analistas judiciários, por vezes até Defensores Públicos. Sendo assim, seria mais que prudente estender o trabalho da vigilância armada, que antes se restringia a 12 horas ao dia, para o dia todo. Ações como essas sempre trazem em seu bojo um incremento no custeio do Judiciário, porém, em contrapartida, criam uma maior sensação de segurança em todos aqueles que diariamente militam no judiciário, dos serventuários aos advogados e por fim ao cidadão que recorre a justiça para ver o seu direito assegurado. Por outro lado, demonstra o zelo que o Tribunal tem tido com todos que de certa forma fazem parte do judiciário sergipano.

Atualmente, são 220 vigilantes armados que guarnecem os 89 prédios do TJSE. Esse trabalho é de suma importância para a preservação de todo o patrimônio do Tribunal, seja ele físico – como o mobiliário, seus diversos equipamentos de informática, entre outros – seja ele intangível, como é caso dos processos judiciais.

Cursos de Segurança

A Diretoria de Segurança promoveu, na gestão do Desembargador José Alves Neto, a qualificação de 130 Policiais Militares, sendo 90 deles à disposição do Tribunal de Justiça, por meio do Curso de Proteção a Autoridades, ministrado pela empresa CATI, reconhecida mundialmente por sua expertise na área. A referida empresa, além de ministrar cursos para os principais grupamentos policiais do Brasil, como é o caso do BOPE do Rio de Janeiro, já fez diversos treinamentos para a Swat, Nasa, FBI, Segurança do Vaticano, entre outras instituições do mesmo porte. O treinamento visa dotar o Policial Militar com as melhores técnicas para o desenvolvimento do seu trabalho no

âmbito do Judiciário. Durante o curso, os policiais tiveram aulas de direção defensiva, ofensiva e evasiva, imobilizações, diversos tipos de tiro, a forma correta de se fazer uma escolta, embarque e desembarque de veículos, entre outras ações que têm como escopo preparar melhor o policial para sua missão de resguardar a segurança da atividade jurisdicional, bem como, quando necessário promover a integridade física de algum Magistrado que esteja sob ameaça.



SEGURANÇA

Na mesma linha, foi promovido o Curso de Ações Defensivas, voltado exclusivamente para os Magistrados, o qual foi também ministrado pela empresa CATI. Cerca de 40 % do total da magistratura sergipana participou do curso, que teve como finalidade principal dotar os Magistrados de noções acerca de prevenção de segurança. O ponto alto do curso foi a instrução de tiro, onde cada um dos magistrados deu 250 tiros, sendo orientados pelos melhores instrutores do Brasil.



Nos dois cursos, foram investidos R\$ 186.000,00, divididos da seguinte forma: R\$ 112.000,00 no Curso de Proteção de Autoridades e R\$ 74.000,00 no Curso de Ações Defensivas para Magistrados.



Aquisição de Equipamentos

Durante a gestão do Desembargador José Alves Neto, foram adquiridos seis equipamentos de Raio X no valor de R\$ 336.960,00 e seis pórticos detectores metal no valor de R\$ 156.000,00. Os equipamentos serão instalados no Palácio de Justiça e no Fórum Gumersindo Bessa, e visam trazer uma maior segurança para os servidores e jurisdicionados do TJ. Os equipamentos são idênticos aos encontrados nos aeroportos e Tribunais Superiores, como o STF, STJ e TSE. Em um primeiro momento, os equipamentos serão instalados nos dois lugares citados, em razão da importância dos prédios e volume de pessoas que recebem por dia, mas não está descartada a instalação também em outros prédios, como o Integrados III, em Aracaju, e os Fóruns das cidades de Itabaiana, Estância e Lagarto.

Aquisição de Circuito Fechado de TV

A compra do sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) do TJSE se encontra praticamente fechada, faltando apenas a avaliação final por parte da Tecnologia para publicação do edital. A razão de toda cautela que a Diretoria de Segurança tem nesse processo justifica-se em razão dos valores envolvidos, bem como dos impactos que poderiam acontecer na rede de transmissão de dados, haja vista, que o tráfego de imagens é bastante pesado e ocupa um espaço significativo da banda, sobretudo no interior do Estado onde não há cabeamento de fibra ótica. A previsão é que, no decorrer do segundo semestre de 2012, as primeiras unidades comecem a receber este importante meio de segurança eletrônica.

Segurança dos Magistrados

Não menos importante do que as ações acima declinadas é a função desempenhada pela Diretoria de Segurança quanto a proteção da vida e incolumidade física de Magistrados, que, por vezes, em decorrência da atuação jurisdicional podem vir a sofrer ameaças contra sua pessoa. Quando a informação chega à Diretoria de Segurança – e esta informação vem de diversas fontes, sendo a mais comum a própria Polícia Civil – entramos em contato imediatamente com o magistrado e passamos a estudar uma forma de minimizar os riscos da ocorrência de um atentado contra a sua vida.

Para cada caso, a Diretoria de Segurança aplica diferentes medidas de proteção, mensurando o grau de risco que o Magistrado está exposto. A ameaça pode ser transitória e cessar logo, como no caso da prisão da pessoa que proferia a ameaças, ou pode perdurar por um tempo indeterminado, a depender da situação. Diversas formas de executar a proteção de uma pessoa ameaçada são aplicadas, porém, o ameaçado precisa ter consciência dos riscos envolvidos e discernimento para minorá-los. Por isso, é desenvolvido o Curso de Ações Defensivas, descrito anteriormente, para que o magistrado saiba que atitudes pode vir a ter mesmo que não esteja sendo ameaçado.



OUVIDORIA

Ouvidoria Geral



A Ouvidoria Geral da Justiça foi criada com o intuito de tornar o Poder Judiciário de Sergipe mais próximo da sociedade, uma vez que, através deste órgão, toda e qualquer pessoa pode registrar suas dúvidas, reclamações, sugestões, denúncias, elogios e críticas, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

No âmbito do Tribunal de Justiça de Sergipe, a Ouvidoria Geral foi criada em 23/10/2004, através da Resolução nº 15/2004, no entanto, não foi efetivamente implantada até a edição da Resolução nº 11/2010, publicada em 05/08/2010, que a adequou aos parâmetros fixados pelo CNJ e trouxe a figura do Desembargador Ouvidor. Neste toar, em 13/10/2010, foi designado pelo Presidente deste Tribunal de Justiça, após aprovação do Tribunal Pleno, o Desembargador Edson Ulisses de Melo para ocupar o cargo de primeiro Ouvidor Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Diante da necessidade de estruturar o novel órgão, implementando, inclusive, os meios de comunicação previstos na sua resolução, a Ouvidoria iniciou suas atividades apenas no mês de Dezembro de 2010, com uma estrutura provisória preparada para receber manifestações por telefone, e-mail, formulário eletrônico e presenciais.

OUVIDORIA

No primeiro mês de atividade foram registradas apenas 5 manifestações, sendo 3 pedidos de informação e 2 pedidos relativos a outros órgãos. Atribuímos essa pequena participação popular ao curto tempo de existência.

No ano de 2011, foram recebidas um total de 1281 manifestações, atingindo uma média de 106 manifestações/mês, sendo Maio o mês de maior destaque. O significativo aumento, de quase 100% no número de solicitações, durante o mês de maio, foi creditado à entrevista do Ouvidor-Geral ao Bom Dia Sergipe, em 05/05/2011, o que comprova a necessidade de se divulgar, cada vez mais, a Ouvidoria.

Em Setembro/2011, a Ouvidoria foi incluída no Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe,

como projeto, em razão de servir como uma importante fonte de informações, subsidiando as tomadas de decisões operacionais e estratégicas dos gestores do Tribunal de Justiça de Sergipe, constituindo-se, assim, num instrumento para a otimização dos serviços prestados à sociedade.

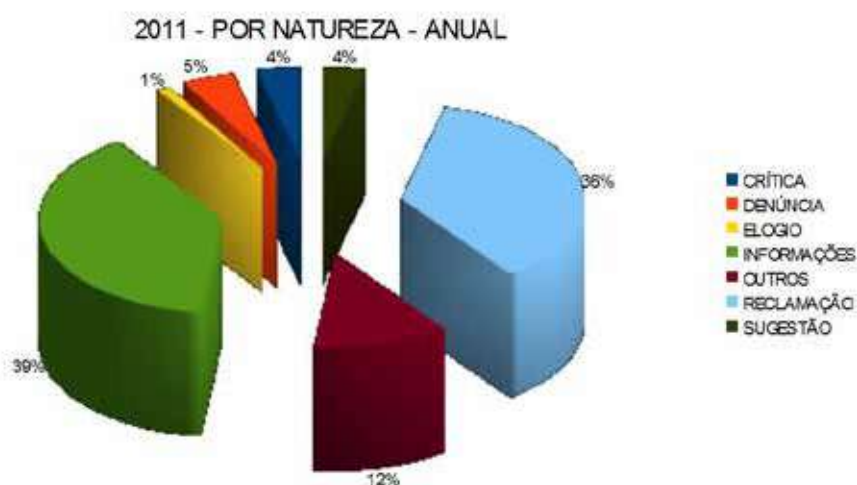
Durante a gestão do Desembargador José Alves Neto, como Presidente do TJSE, de fevereiro de 2010 a julho de 2012, no interstício de fevereiro de 2011 a maio de 2012, foram observados os seguintes avanços da Ouvidoria Geral:

1. Reforma nas instalações físicas da Ouvidoria Geral, localizada no segundo andar do Palácio do Tribunal de Justiça/SE, preparando-a para a ocupação por até 4 servidores e 2 estagiários durante o seu horário de funcionamento, onde antes era possível apenas 2 servidores e 2 estagiários;
2. Construção da sala do Ouvidor Geral, anexa à sala de atendimento e suporte da Ouvidoria;
3. Confecção de banners informativos e sua distribuição a todos os Fóruns do Estado;
4. Inclusão da Ouvidoria como projeto estratégico do Tribunal de Justiça/SE, criando-se o “Projeto Ouvidoria”;
5. Crescimento do atendimento em 57%, quando comparado o 1º quadrimestre de 2011 ao mesmo período de 2012.

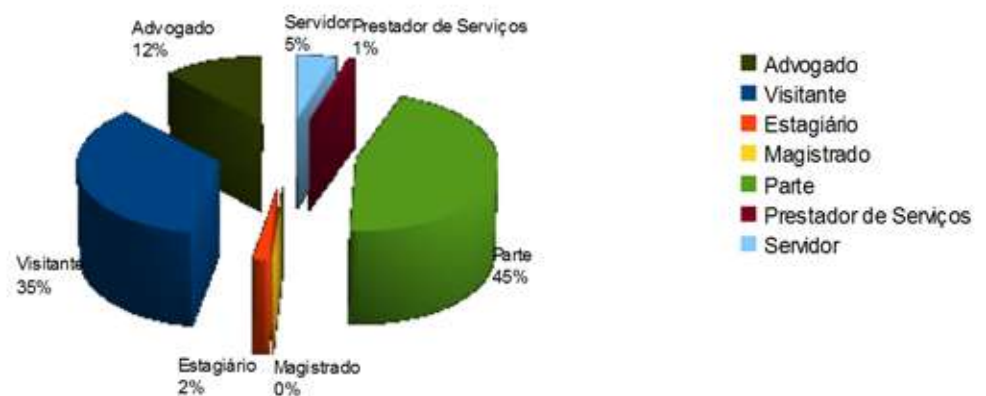




Acompanhamento das Manifestações



2011 - POR CATEGORIA DO MANIFESTANTE - ANUAL



COORDENADORIA DA MULHER

Implantação



Com a Resolução do Conselho Nacional de Justiça de nº 128, de 17 de março de 2011, os Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal tiveram que criar, em sua estrutura organizacional, dentro de um prazo e 180, as Coordenadorias Estaduais da Mulher em Situação de Violência Familiar e Doméstica, como órgãos permanentes de assessoria da Presidência do Tribunal.

Assim, em 14 de julho de 2011, foi publicada a Lei Estadual nº 7.183, cujo projeto foi de iniciativa do Poder Judiciário, a qual instituiu a respectiva Coordenadoria da Mulher no âmbito do nosso Tribunal de Justiça, dando à mesma caráter permanente e integrante da estrutura administrativa da Presidência.

Em 23 de fevereiro de 2012, mediante Ato nº 205/2012, o Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe instalou a Coordenadoria das Mulheres, ficando mesma constituída por uma Juíza Auxiliar da Presidência, esta como Coordenadora, Adelaide Maria Martins Moura; acompanhada por um Juiz Auxiliar da Corregedoria, Gilson Félix dos Santos; e duas Analistas Judiciárias, uma Psicóloga, Sabrina Duarte Cardoso, e uma Assistente Social, Heloísa Joana dos Santos, com vasta experiência na área.

Desenvolvimento

Com a implantação e, diante da necessidade de atender a um dos objetivos traçados, qual seja, atuar frente ao desenvolvimento e fiscalização de políticas públicas relacionadas à matéria, foram traçadas algumas metas de organização interna, a exemplo de um Planejamento Estratégico próprio e sua inclusão no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário de Sergipe, bem como proporcionar encontros com Gestores Públicos, a exemplo da Secretária Especial de Política para as Mulheres.

Objetivando marcar o início da atuação da Coordenadoria, a comemoração referente ao dia da mulher, 08 de março, por parte do Poder Judiciário, foi direcionada à divulgação, durante todo o mês, acerca da existência da Coordenadoria, de uma Vara Criminal própria às causas referentes a Lei Maria da Penha, tendo, como pano de fundo, uma campanha de conscientização acerca da importância e necessidade de ser feita a denúncia nos casos de violência doméstica e familiar. Para tanto, foram utilizadas as mídias de busdoor, cartazes, jornais informativos, utilização da imprensa falada e escrita, com o apoio da Diretoria de Comunicação.

Dando prosseguimento às ações, além do Planejamento Estratégico supra mencionado, foi deter-



minada criação e inclusão do Portal da Coordenadoria no site do Tribunal de Justiça, visando uma maior divulgação e um contato mais direto sobre toda a matéria relacionada ao tema e, em se tratando de Aracaju, à 11a Vara Criminal.

Quanto às ações diretas de atuação da Coordenadoria, registram-se as visitas a associações, entidades de ensino, empresas particulares, as quais têm, como objetivo, um contato mais direto com o público tido como potencial no seu conceito; leia-se, para tanto, os públicos feminino, masculino e jovem, com esclarecimentos sobre a Lei Maria da Penha. Para tanto e integrando a programação que se inicia com uma palestra, foi desenvolvida uma amostragem lúdica sobre o tema, a fim de se buscar um maior alcance do público envolvido, cabendo à servidora Alessandra Teófilo a criação e atuação.



Registra-se a visita aos Creas São João de Deus e Maria Pureza, Centros relacionados ao tema e à 11ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju, a fim de ser o serviço ali prestado devidamente conhecido pela Coordenadoria, em obediência à responsabilidade que lhe é inerente quanto ao acompanhamento de políticas públicas e de busca de parcerias e convênios.

Dentro do Planejamento Estratégico, foi elaborado um Projeto intitulado “Mulher Consciente”, em 25 de abril de 2012, o qual prevê a geração de mídia, estabelecimento de parcerias e convênios, visitas a entidades governamentais e não governamentais, e que, em um mês de sua existência, alcançou todas a suas tarefas previstas.



ESAJ - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

A Escola de Administração Judiciária (ESAJ), durante a gestão do Desembargador José Alves Neto como Presidente do TJSE, mais de 40 cursos presenciais, capacitando cerca de 1.600 servidores. Facilitadores renomados e devidamente especializados, com Mestrado e até mesmo Doutorado, foram contratados. No período, destaca-se, também, a implantação do Ensino à Distância (EAD). A modalidade – que realizou 16 cursos, com a participação de 894 servidores – faz parte de uma das metas do TJSE e é objeto de dispositivo específico de recente Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Através do EAD, foi verificado um incremento do público alvo, permitindo que todos os servidores, da capital ao município mais distante, tenham acesso aos cursos ofertados. Está comprovado que, por intermédio da modalidade EAD, há mais conforto para o servidor, já que evita o deslocamento para a sede da escola, no Centro de Aracaju. A modalidade promove, ainda, mais economia nos custos, pois há redução de consumo de energia, exclusão de coffee break, não há incidência de diárias, entre outros fatores.



Treinamentos realizados pela ESAJ na modalidade presencial

2011	
Curso	Número de servidores capacitados
Adobe Captivate	09
Atendimento Geral	05
Atualização em Técnicas Processuais Cíveis	68
Atualização da Língua Portuguesa e Redação Oficial	17
Atualização da Língua Portuguesa I	48
Atualização da Língua Portuguesa II	44
Cálculos Judiciais	17
Captivate 5	06
Congresso Internacional de Mediação	36
Controle de Constitucionalidade e Ações Constitucionais	67
Desenvolvimento do Planejamento/ Curso de BPM Fluxo/ Curso de Qualidade de Software da Infox/ Curso de Planejamento de ponta a ponta	17
Direitos Humanos	17
Formação de Analista de Processos BPMN	30
Formação de Tutores em Gestão de Processos	01
Gestão de Custos	01
Gestão Eficaz ERP	13
Gestão por Competência	1
Inovações de Processo Penal	49
Interesses Difusos e Coletivos. Improbidade Administrativa	71
Introdução à Capacitação Gerencial	25
Introdução ao Direito Constitucional	38
Mediação	17
Mentorh – Módulo Treinamento	6
MS PROJET (Engenharia)	12
Oficina de Mediação	35
Português Jurídico	11
Práticas Cartorárias Cível e Criminal	19
Prático de Gestão de Bens Móveis no ERP	10
Primeiros Socorros	15
Princípios Processuais e Algumas de suas Implicações Práticas	64

Processo de Execução Cível- Cumprimento de Sentença	87
Reformas do Código de Processo Penal Introduzidas pela Lei 2.403/11	Em andamento
Seminário de Serviços de Publicidade à luz da Lei 12232/10	2
Sistema de Custas Processuais (1ª turma)	16
Sistema de Custas Processuais (2ª turma)	17
Sentença Criminal e Recursos do CPP	67
Técnicas Autocompositivas de Solução de Conflitos	43
Tribunal e as Teorias do Dia a Dia	78
I Seminário de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário	01
Um novo olhar para a Gestão Pública	07
III Encontro de Planejamento Estratégico do TJSE	49
III Encontro Nacional das Escolas de Servidores e Gestores	03
III Congresso Brasileiro dos Serviços de Saúde do Poder Judiciário	02
IV Congresso Brasileiro de Controle Público	01
XX Congresso de Gestão de Pessoas	06
6º Congresso Brasileiro de Pregoeiros	01
Total	1.149

2012	
Curso	Servidores capacitados até maio
Atualizações em Direito Civil – Noções de Direito Sucessório, Aspectos Práticos sobre Inventário e Partilha	Em andamento
Atualização em Língua Portuguesa e Redação Oficial	49
A Repercussão Geral em Evolução	02
Broffice Writer – Usuário Word 1ª Turma	Em andamento
Controle dos Atos Administrativos	Em andamento
Elaboração de Laudos e Pareceres para Assistentes Sociais e Psicólogos	58
Emergências Médicas para Profissionais da Saúde	Em andamento

EVENTOS INSTITUCIONAIS

Execução Fiscal	03
GFIP/SEFIP 8.4 – Prática no Computador e Certificação Digital para envio de GFIP em 2012 (Período: 20 a 22/06/12)	02
Licitações e Contratos	03
Noções Básicas de Processo Legislativo e de Técnica Legislativa	42
Noções Gerais do Processo de Conhecimento e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais	77
“Pregão Week” - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão (Período: 20 a 24/08/12)	02
Processo Civil - Aspectos Práticos da Execução Civil	109
Reforma do Código de Processo Penal Introduzida pela Lei 12.403, de 04/05/11	81
“Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC Aspectos Polêmicos	01
Seminário sobre “Rescisão do Contrato e Aplicação de Penalidades” (Período: 04 e 05/06/12)	01
Suprimento de Fundos	29
Transtornos Mentais e Urbanização: Desafios nas Sociedades em Transformação	01
I Encontro Nacional sobre Processo Judicial Eletrônico - PJE	Em andamento
I Congresso Paulista de Medicina Legal e Perícias Médicas (Período: 19 a 23/06/12)	01
3º Fórum Nacional de Gestão Estratégica no Setor Público	01
30º Congresso Internacional de Odontologia de São Paulo	01
38º Congresso Nacional sobre Gestão de Pessoas (Período: 13 a 16/08/12)	02
Total	476



2011	
Cursos	Número de servidores capacitados
Ferramenta gerencial	29
Gestão de processos	29
Introdução à capacitação gerencial	25
Introdução ao Direito Constitucional	37
Excelência no atendimento	40
Malote digital	71
Total	231
2012	
Excelência no atendimento – 1ª turma	77
Excelência no atendimento – 2ª turma	49
Introdução à capacitação gerencial	62
Introdução ao Direito Constitucional – 1ª turma	135
Introdução ao Direito Constitucional – 2ª turma	86
Mandado de prisão e alvará de soltura – 1ª turma	45
Mandado de prisão e alvará de soltura – 2ª turma	54
Mandado de prisão e alvará de soltura – 3ª turma	57
Mandado de prisão e alvará de soltura – 4ª turma	55
Mandado de prisão e alvará de soltura – 5ª turma	43
Total	663



**CIJ - COORDENADORIA DA
INFÂNCIA E DA JUVENTUDE**

Principais Ações e Projetos Desenvolvidos pela Coordenadoria da Infância e da Juventude na gestão do Desembargador José Alves Neto:

1. Programa de Apadrinhamento Ser Humano (estratégico)

É uma iniciativa continuada que envolve a sociedade civil, o empresariado, instituições não-governamentais e órgãos estatais em ações concretas para proporcionar apoio afetivo, auxílio material e acesso a serviços essenciais a crianças e adolescentes acolhidos em entidades de Sergipe, cujos vínculos familiares estejam rompidos, parcial ou totalmente.

Subprojetos desenvolvidos no período de fevereiro de 2011 a junho de 2012:

- a)** III Encontro Interativo: evento voltado ao estreitamento dos laços entre padrinhos e madrinhas com seus afilhados, proporcionando-lhes um momento de agradável convivência e lazer em torno das celebrações pela Semana da Criança. Nesta edição, o diferencial foi levar as crianças e adolescentes para curtir uma manhã de lazer nos Shoppings Jardins e Riomar. Foram oferecidos, por meio de empresas madrinhas, na modalidade de apadrinhamento provedor, sessão de cinema, lanches e o uso de jogos e brinquedos nos parques de diversões;
- b)** Projeto É Natal III: oportunizou as crianças e adolescentes acolhidos nas entidades cadastradas no Programa um momento de confraternização natalina, integrando a sociedade civil e organizações empresariais à causa da infância e adolescência, com estímulo ao voluntariado. Nesta edição do projeto, por meio de uma parceria entre a CIJ e o Shopping Jardins, foi montada a Árvore dos Sonhos, contendo cartas com os desejos de presentes dos acolhidos, viabilizando a arrecadação de presentes de natal personalizados;
- c)** Projeto Sorria: disseminou boas práticas de saúde bucal para as crianças e adolescentes acolhidos, por meio de palestras, prática de escovação e de uso do fio dental e aplicação de flúor, realizadas por dentistas e acadêmicos de odontologia voluntários.

2. Programa de Capacitação e Disseminação do ECA (estratégico)

Iniciativa continuada de capacitação de atores institucionais e da sociedade civil que atuam no âmbito do Sistema de Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com disseminação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ações sistemáticas promovidas no período de fevereiro de 2011 a junho de 2012:

- a)** Palestras para magistrados e servidores, bem como para segmentos diversos da sociedade civil, órgãos e agentes públicos, especialmente da rede de proteção à criança e adolescente, tais como Conselheiros Tutelares e de Direitos, professores, diretores e equipes técnicas de escolas, profissionais dos CREAS e CRAS.

- b)** Capacitação de agentes de proteção do Poder Judiciário: aprimoramento da atuação desses agentes e fortalecimento da rede de proteção à criança e ao adolescente, a partir de solicitações dos Juízos competentes;
- c)** Projeto Adoção Consciente: realização de curso de preparação psicossocial e jurídica para pretendentes à adoção, atendendo exigência da Lei 12.010/2009. O curso objetiva esclarecer possíveis dúvidas sobre adoção, ampliar as concepções a respeito do perfil da criança desejada e estabelecer uma relação de proximidade com a equipe técnica responsável pelo acompanhamento do processo;
- d)** Projeto O ECA na Escola: contribui com a promoção da cidadania, a partir da disseminação dos direitos positivados no ECA entre estudantes das redes estadual e municipal de ensino, e permite o desenvolvimento de ações que estimulem o protagonismo e a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de redução de conflitos no ambiente escolar.

3. Projeto Familiarizar (estratégico)

Tem por objetivo a reintegração familiar e comunitária ou a colocação em família substituta de crianças e adolescentes acolhidos nas Entidades de Acolhimento Institucional de Sergipe, reduzindo o tempo de acolhimento e favorecendo a agilização dos processos. Com a edição da Resolução nº 06/2010 do TJSE, foi incorporada à metodologia do Projeto Familiarizar a realização de audiências concentradas, preferencialmente nas entidades, para reavaliação da medida de acolhimento com o acompanhamento e o suporte da Coordenadoria da Infância e da Juventude. Em cumprimento ao disposto no art. 19, §1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, as audiências de reavaliação têm sido promovidas a cada seis meses desde o segundo semestre de 2010, alcançando em 2011 todas as crianças e adolescentes acolhidos nas entidades localizadas em nosso Estado.

4. Convênio com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Viabilizado por meio da Coordenadoria da Infância e da Juventude em dezembro de 2008, o Convênio facilita o redirecionamento, para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), de recursos do imposto de renda devido pelos magistrados e servidores. Trata-se de estimular a utilização de uma faculdade legal disposta no artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que autoriza ao contribuinte a dedução de até 6% do imposto de renda devido em benefício do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer de suas esferas.

A adesão do magistrado ou servidor opera-se por simples autorização em formulário próprio, onde fica consignado o valor mensal de sua contribuição. Os valores são descontados em folha de pagamento, repassados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e figuram na declaração anual de rendimentos fornecida pelo TJSE.

A CIJ realiza o acompanhamento da execução do Convênio, desde a adesão/autorização do investidor até a entrega dos recibos anuais, verificando o cumprimento das suas cláusulas.

A proposta tem alcançado uma adesão crescente entre magistrados e servidores. Em 2011, o montante investido por eles no FMDCA de Aracaju alcançou o total de R\$40.910,00 (quarenta mil e novecentos e dez Reais), valor que foi superior ao do primeiro ano do Convênio (2009) em 61%.

5. Projeto Inquirição Especial

Viabilizou a implementação de nova metodologia de entrevista forense de criança ou adolescente vítima de violência sexual na 11ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju, dada a sua competência para apurar crimes contra crianças e adolescentes.

O projeto tratou da implantação de uma sala especial para tomada de depoimento judicial mediada por profissional capacitado para esse fim. Objetiva-se, com essa prática, evitar a revitimização da criança ou adolescente decorrente da rememoração do seu sofrimento em Juízo, tornando o seu envolvimento com o processo menos traumático, e maximizar a precisão e a veracidade do seu testemunho.

Atualmente, a metodologia implementada na 11ª Vara Criminal tem sido disponibilizada a outros Juízos em processos nos quais há depoimento de crianças e adolescentes, em atendimento à necessidade de se adaptar a escuta forense em geral à condição peculiar desse público.

6. Projeto Cooperar

Tem por objeto a viabilização, por meio de Convênios, de prestação de cooperação técnica por Instituições de Ensino Superior, nas áreas de Direito, Serviço Social, Pedagogia e Psicologia, às entidades de atendimento a crianças e adolescentes.

Em continuidade aos anos anteriores, em 2011 as atividades se concentraram no encaminhamento de adolescentes para atendimento psicológico, em atenção a solicitações do Juízo da 17ª Vara Cível – Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Aracaju.

7. Audiências concentradas para reavaliação da medida socioeducativa de internação no CENAM

A Coordenadoria da Infância e da Juventude disseminou, no estado de Sergipe, a utilização dessa prática, onde se reúnem todos os processos para a realização da reavaliação da medida socioeducativa de internação em um mesmo momento.

As vantagens dessa metodologia de trabalho são inequívocas: facilita o acompanhamento das execuções de medida de internação; concentra os trabalhos de reavaliação da medida, reduzindo o fluxo dos processos de execução no decorrer do prazo para nova reavaliação; e torna o processo de acompanhamento e reavaliação mais visível para os adolescentes internos, estimulando o bom comportamento e reduzindo a evasão.

As audiências concentradas estão sendo realizadas a cada seis meses, com o suporte da Coordenadoria da Infância e da Juventude, de maneira a atender ao prazo máximo de reavaliação, estabelecido no art. 121, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Promovida pela primeira vez em agosto de 2010, a ação foi repetida nos meses de março e setembro de 2011 e no mês de abril de 2012.

8. Suporte aos magistrados

A Coordenadoria da Infância e da Juventude, no cumprimento de suas atribuições institucionais, tem oferecido suporte aos magistrados com competência na área, atendendo a todas as solicitações que lhe são dirigidas, fornecendo informações e orientações técnico-jurídicas e dando apoio a iniciativas para melhorar as políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes em Sergipe, entre elas:

- Desenvolvimento de plano de ação para fortalecimento dos órgãos da rede local de proteção a crianças e adolescentes;
- Capacitação e alinhamento de ações de Conselheiros Tutelares e de Direitos;
- Estruturação do acolhimento institucional local;
- Elaboração de programa de enfrentamento à violência nas escolas.

Particularmente nos últimos meses, a Coordenadoria tem oferecido apoio à Campanha “Criança e Adolescente - Prioridade Absoluta. Vista essa camisa!”, de iniciativa da 16ª Vara Cível – Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Aracaju, dirigida aos três Poderes e instituições públicas, a qual visa à conscientização sobre os preceitos instituídos no artigo 227 Constituição Federal, que garantem à criança e adolescente tal prioridade.

9. Articulação com organizações governamentais e não-governamentais

No âmbito de suas atribuições legais, a Coordenadoria da Infância e da Juventude tem promovido ações de articulação do TJSE com órgãos governamentais e não-governamentais, com vistas às demandas da infância e juventude. Dentre as ações, destacaram-se, no período de fevereiro de 2011 a junho de 2012:

a) Articulação da Coordenadoria da Infância e Juventude para construção da Agenda da Infância 2011, contendo o ordenamento cronológico de ações dos operadores do Sistema de Garantia e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, como forma de promover a visibilidade das políticas de enfrentamento e viabilizar um trabalho organizado, fortalecido e eficaz na área.

Os órgãos envolvidos na articulação e que integraram a Agenda foram:

NAIA, do Ministério Público Estadual (atual Centro de Apoio Operacional da Infância e Adolescência); Associação Brasileira de Juizes, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP); Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual; Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA); Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Aracaju (CMDCA); Associação dos Defensores Públicos do Estado de Sergipe (ADPESE); Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Fórum Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infanto-Juvenil; Polícia Rodoviária Federal (PRF); Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social (SEIDES) e Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC).

b) Apoio ao Projeto Vira-Vida: trata-se de uma ação socioeducativa desenvolvida pelo SESI e dirigida a adolescentes e jovens em situação de exploração e abuso sexual, voltada a proporcionar alternativas concretas (profissionalização e inserção no mundo do trabalho), na perspectiva de autonomia dos participantes. O projeto contempla educação básica e profissional, atendimentos médico, odontológico e psicossocial, alimentação, inserção em práticas desportivas, entre outros benefícios. A CIJ contribui com o levantamento e indicação de adolescentes acolhidos a serem contemplados pelo Projeto, conforme perfil nele estabelecido, e disponibiliza profissionais para apoiar algumas de suas atividades.

CENTRO MÉDICO E ODONTOLÓGICO DO TJSE

O Centro Médico e Odontológico do Tribunal de Justiça realizou, na gestão do Desembargador José Alves Neto, mais de 41 mil atendimentos, divididos nos setores médico, odontológico, de enfermagem, psicologia, serviço social, fisioterapia e junta/perícia médica. Uma média mensal de 2.500 atendimentos em todos os setores do Centro Médico.

	Setores						
	2011						
Mês	Médico	Odontológico	Enfermagem	Psicologia	Serviço Social	Fisioterapia	Junta/Perícia Médica
Janeiro	317	293	517	166	Férias	510	65
Fevereiro	402	262	558	136	108	637	55
Março	407	256	622	127	59	465	64
Abril	398	285	584	121	120	652	64
Maio	453	335	889	214	138	744	37
Junho	331	243	613	101	140	598	44
Julho	373	470	561	Férias	139	639	75
Agosto	574	517	831	219	214	857	62
Setembro	412	428	742	161	180	854	86
Outubro	458	266	1189	171	183	676	52
Novembro	459	307	630	243	251	640	115
Dezembro	209	108	285	86	91	351	22
Total	4793	3770	8021	1745	1623	7623	741
	2012						
Janeiro	307	306	556	129	46	396	42
Fevereiro	399	298	561	147	104	545	47
Março	369	439	671	174	157	630	47
Abril	303	439	595	168	129	627	60
Total	1378	1482	2383	618	436	2198	196
Total entre fev. 2011 e abril 2012	6171	5252	10404	2363	2059	9821	937

Atividades desenvolvidas

1) Atendimento ambulatorial:

Consultas em Clínica Médica, Gastroenterologia, Ginecologia/Obstetrícia, Cardiologia, Endocrinologia e Psiquiatria.

Perícia Médica (simples ou por junta médica)

Programas medicina preventiva ou curativa: Dislipidêmias; Diabetes; Hipertensão Arterial; LER/DORT; anti-tabagismo e preparação para aposentadoria.

2) Enfermagem: pré-consultas, administração de medicamentos, curativos, verificação de pressão arterial e glicemia.

3) Psicologia: consultas e acompanhamento (psicoterapia).

4) Serviço Social: tudo que se diz orientação, visitas domiciliares e contatos com instituições e laudos.

5) Fisioterapia: consultas (avaliação) e tratamento.

6) Divisão de Odontologia:

a) Odontologia Preventiva: diagnóstico clínico das enfermidades bucais; profilaxia das superfícies dentais; fluoroterapia; aplicação de selantes e orientações de saúde bucal e técnicas de higiene oral.

b) Odontologia Restauradora e Corretiva: reabilitação da estética e função mastigatória; restaurações classe I, II e V em dentes posteriores em resina fotopolimerizável, ionômero de vidro e amálgama; restaurações estéticas anteriores classe III, IV e V em resina fotopolimerizável; restaurações provisórias em cimento de óxido de zinco e eugenol; aplicações de dessensibilizante para controle da sensibilidade dental; tomadas radiográficas periapicais e bite wings e exodontias simples de dentes permanentes.

c) Peridontia Clínica: procedimentos profiláticos; raspagem, alisamento e polimento das superfícies dentais; tratamento e preservação da gengivite e periodontite e remoção de tártaros supragengivais com ultrassom.

d) Odontopediatria: controle comportamental; restaurações em dentes decíduas anteriores e posteriores; exodontias de unidades dentais decíduas; controle da placa bacteriana; avaliação e acompanhamento da evolução da oclusão dental; endodontia.

e) Palestras Educativas: palestras na campanha de Saúde Bucal na Semana do Servidor Público e palestras direcionadas ao grupo antitabagismo.

Sete projetos do Centro Médico e voltados aos servidores estão em pleno desenvolvimento:

1) Justiça contra o Tabagismo: cerca de 70% dos participantes dos três primeiros grupos conseguiram parar de fumar. O quarto grupo atingiu um índice de 80% e o quinto grupo está previsto para o segundo semestre de 2012.

2) Programa de Orientação para Aposentadoria (Propa): em junho de 2012, o programa chegou ao terceiro grupo, totalizando, desde a primeira edição, cerca de 45 participantes. Em cada grupo ocorreram seis encontros, com a participação de palestrantes que abordam temas das áreas de saúde, qualidade de vida, informações sobre a aposentadoria, relações interpessoais e atividades lúdicas e artísticas.

3) Projeto “O Cuidado com o Cuidador”: acolhimento de servidores e/ou dependentes que assumem papel de cuidador de um familiar adoecido e com limitações. Realizadas reuniões em grupo com duração de 60 a 90 minutos, quinzenalmente, tendo como facilitador a equipe psicossocial do Centro Médico.

4) Intervenção psicossocial nas relações interpessoais no trabalho: objetiva diminuir o nível de estresse no grupo, melhorando as relações interpessoais e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Na 2ª Vara Cível de Nossa Senhora do Socorro, por exemplo, a intervenção aconteceu no primeiro semestre de 2011. No segundo semestre de 2011, a intervenção foi feita com o grupo de Comissários da 16ª Vara Cível.

5) Prevenção LER/DORT: cadastra servidores com sintomas, realiza o levantamento dos dados clínicos e queixas dos servidores cadastrados, encaminha os mesmos para consulta com o ortopedista e realização dos exames diagnósticos prescritos, que são realizados em empresas licitadas pelo TJSE, além de realização de orientações e promoção de palestras.

6) Projeto para promoção da Ergonomia no Tribunal de Justiça: o setor de Fisioterapia do Centro Médico fez a análise técnica ergonômica em Varas e Juizados onde a virtualização foi implantada, orientou servidores nos seus locais de trabalho sobre uma boa postura, acompanhou os servidores com queixas, entre outras atividades.

7) Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças

Semana do Servidor

De 24 a 27 de outubro de 2011, a comemoração alusiva ao Dia do Servidor Público percorreu diversas unidades do Judiciário, ofertando aos servidores campanhas preventivas com aferição de glicemia, colesterol e pressão arterial, orientação à saúde bucal, sessões de fisioterapia, palestras e distribuição de folhetos educativos, exposição e demonstração de produtos de beleza em estandes. Foram atendidos mais de 600 servidores.

A ação foi realizada pela Secretaria de Planejamento e Administração, através da parceria entre a Diretoria de Gestão de Pessoas e o Centro Médico, já constando como uma atividade do calendário anual do TJSE, na busca por valorização dos seus servidores e colaboradores, em comemoração ao Dia do Servidor. As atividades de caráter preventivo são realizadas com apoio da equipe multiprofissional do Centro Médico.

A Enfermagem atuou aferindo glicemia, colesterol, peso e pressão arterial, orientando e distribuindo folhetos educativos. A Odontologia divulgou a Saúde Bucal com orientações, distribuição de folders e kit necessário contendo escova, pasta, fio dental e enxaguatório bucal. Os servidores foram orientados quanto às técnicas de escovação, higiene bucal, inclusive com distribuição de um folder preparado para a semana, além da exposição dos banners que tratam dos grandes vilões da saúde bucal. O Setor de Fisioterapia participou realizando sessões com massagens. Durante o evento ocorreram palestras educativas sobre diversos temas.

As atividades realizadas na Semana do Servidor são apenas uma amostragem de tudo que é oferecido ao servidor e que consta no Programa Qualidade de Vida, um dos 38 projetos que fazem parte do Planejamento Estratégico do Tribunal.

		Atendimentos – Semana do Servidor				
Data	Local	Glicemia	Colesterol	Pressão Arterial	Peso	Total atendim.
24/10	Hall Anexos Adm. I e II	42	23	106	78	249
26/10	Fórum de Itabaiana	26	20	48	16	110
27/10	Fórum Gumersindo Bessa	58	46	111	41	256
Total		126	89	265	135	615

MEMORIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE

Através das diversas atividades desenvolvidas, o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe salvaguarda, organiza e divulga a história e memória do Poder Judiciário de Sergipe, ao tempo que imerge na história do nosso Estado. Ainda, amplia a aproximação da sociedade com o Poder Judiciário discutindo questões relacionadas a direitos e deveres, desenvolvendo em cada indivíduo que, no Memorial, é acolhido um conceito de cidadania. Nesta gestão, para a execução das atividades delineadas abaixo, foram gastos, aproximadamente, R\$ 35 mil, também empregados na aquisição de materiais.

Estrutura Administrativa

- Reformulação do site do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe.
- Organização em caixa-arquivo de publicações referente à história de Sergipe.
- Organização do acervo iconográfico do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, com gravação em CD-multimídia.
- Digitalização de 90 Edições da Revista Judiciarium, com gravação em CD-multimídia.
- Higienização, digitalização e acondicionamento de fotos pertencentes ao acervo iconográfico da OAB/SE, num total de 17 álbuns, com gravação em CD-multimídia.
- Organização da Seleta nº. 03 do Memorial do Poder Judiciário: “Escritos do Desembargador João Dantas Martins dos Reis”.

Eventos

IXª Semana de Museus: “Museu e Memória”

Entre os dias 16 e 20 de maio de 2011, o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, inserido na programação da 9ª Semana Nacional de Museus, promoveu, em seu auditório, uma série de mesas-redondas que discutiram a temática “Museu e Memória”.

Exposição “No Rastro do Cangaço”

Realizada entre os dias 28 de julho a 02 de setembro de 2011, a exposição de curta duração mostrou o cangaço um fenômeno histórico, mas, antes de qualquer coisa, um fenômeno social, no qual o Tribunal de Justiça teve participação direta. A referida exposição bateu o recorde de público das exposições de curta duração já realizadas pelo Memorial, com, aproximadamente, 2.000 visitantes.

Exposição Momentos de Uma Vida

Com o objetivo de resgatar a memória dos magistrados que fizeram/fazem a história do TJSE, o Memorial prestou uma singela homenagem ao Centenário de Nascimento do Desembargador Antônio Xavier de Assis Júnior. A exposição “Momentos de uma vida” mostrou detalhes da trajetória do Magistrado. Foi realizada na noite do dia 18 de outubro de 2011. Na ocasião, foi distribuído um CD-multimídia, em comemoração ao Centenário de Nascimento do Desembargador, com acervo do homenageado.

Natal de Sons e Luzes

Em sua quarta edição, o Natal de Sons e Luzes do Poder Judiciário foi a festa que abriu os festejos Natalinos do Tribunal de Justiça de Sergipe. Realizada em frente ao Memorial, no dia 2 de dezembro de 2011, contou com a participação do Coral Infantil Canarinhos de Sergipe, do Balé Dom Távora e da Orquestra Sanfônica de Sergipe. Contou com a presença de cerca de duas mil pessoas em só um dia de evento.

Oficina de Planejamento Museológico

Nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2011, o Memorial – em parceria com a Secretária de Estado da Cultura e Instituto Brasileiro de Museus – promoveu uma oficina sobre Planejamento Museológico para profissionais e estudantes da área.

X Semana de Museus

Na 10ª Semana de Museus, promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), entre os dias 14 a 20 de maio de 2012, o Memorial do Poder Judiciário participou com a ação educativa: “Memorial do Poder Judiciário de Sergipe – novos desafios, novas inspirações”, nos seguintes locais: TJSE, auditório da Biblioteca Pública Epifânio Dórea, Universidade Federal de Sergipe – Campus Laranjeiras, Fórum Gumersindo Bessa e algumas instituições de ensino.

II Jornada de Pesquisa Científica do GEMPS/CNPq: “Museologia e história cultural - intercâmbios possíveis”

Em parceria com o Grupo de Estudos Pesquisas em Memória e Patrimônio Sergipano (GEMPS), realizou a II Jornada de Pesquisa Científica entre os dias 25 a 27 de abril de 2012, no auditório do Memorial.

Lançamento do segundo volume da “Seleta do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe - Escritos do Desembargador Luiz Rabelo Leite”

Realizada no dia 26 de abril de 2012, a referida homenagem foi concretizada através da publicação de uma seleta com textos que o Desembargador escrevera ao longo de sua atividade intelectual. A compilação compõe o segundo número deste tipo de publicação. Também foi oferecido aos convidados um coquetel ao tempo em que estes apreciavam uma exposição de artes da pinacoteca do homenageado.

Revista do Memorial

Em seu segundo número, a Revista do Memorial, de cunho científico, caracteriza-se como uma revista interdisciplinar que busca divulgar trabalhos acadêmicos, no âmbito das Ciências Humanas (História, Geografia, Arqueologia, Antropologia e Ciências Sociais), Ciências Sociais aplicadas (Direito e Museologia), Arquitetura e Urbanismo.

Reformulação da Exposição de longa duração

Buscando proporcionar um maior caráter didático à exposição de longa duração, o Memorial não mediu esforços para a sua reformulação com o objetivo de torná-la mais acessível ao público visitante.

